



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 062

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 04 DE JUNHO DE 2008

ANO XXXIII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

LUCIANA RAFAGNIN
2ª Secretária - PT

LUIZ ACCORSI
3º Secretário - PSDB

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

CHICO NOROESTE
5º Secretário - PR

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Douglas Fabrício
Bloco PSB/PRB/PV Pastor Edson Praczyk
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 16: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Fernandes Litro - Luiz Malucelli - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Enio Verri - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 062

56ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Ofícios	03
Indicações	03
Requerimentos	03
Projetos de Lei	06
Pequeno Expediente:	
Dep. Teruo Kato	09
Dep. Péricles de Mello	10
Dep. Luciana Rafagnin	10
Dep. Elio Rusch	11
Dep. Rosane Ferreira	12
Grande Expediente:	
Dep. Marcelo Rangel	14
Horário das Lideranças:	
Liderança do Bloco PSB/PRB/PV	
Dep. Rosane Ferreira	13

Liderança do PSDB	
Dep. Valdir Rossoni	16
Liderança do PMDB	
Dep. Luiz Claudio Romanelli	18
Liderança do Bloco PTB/PR	
Jocelito Canto	19
Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati	20
Liderança do Partido Democratas	
Dep. Plauto Miró	22
Liderança da Oposição	
Dep. Valdir Rossoni	23
Liderança do Governo	
Dep. Jocelito Canto	24
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	26
Discussão/Votação	
Redação Final	26
3ª Discussão	29
2ª Discussão	29
1ª Discussão	29
Requerimentos	31
Encerramento da Sessão	31

DIÁRIO Nº 062

56ª SESSÃO ORDINÁRIA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 56ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 2008

(quarta-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secre-

tariado pelo Sr. Deputado Dr. Batista e pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Beti Pavin, Caíto Quintana, Cleiton Kielse, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Enio Verri, Fábio Camargo, Francisco Bühner, Geraldo Cartário, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernandes Litro, Luiz Malucelli, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Reni Pereira, Ribas Carli

Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (45).

Ausentes os Srs. Deputados: Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Elton Welter, Luiz Eduardo Cheida e Ney Leprevost (08).

Ausente com justificativa a Sra. Deputada Cida Borghetti (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 190/08 do Sr. Roberto Requião - Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 115/08, de autoria dos Deputados Nelson Justus, Alexandre Curi, Ademair Luiz Traiano e Luiz Claudio Romanelli, por considerá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Indicações

INDICAÇÃO Nº 135/08

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário da Saúde a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança no município de Paranavaí.

Sr. Governador do Estado, Sr. Secretário da Saúde:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário da Saúde a construção no município de Paranavaí de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, pelas razões abaixo especificadas.

Sala das Sessões, em 04/06/08.

(a) TERUO KATO

JUSTIFICATIVA:

O município de Paranavaí é considerado pólo regional de saúde do noroeste do estado do Paraná.

Por essa razão, Paranavaí tem como pleito legítimo e justo o seu credenciamento no programa desenvolvido pela Secretaria da Saúde do Estado do Paraná de construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, de modo a que, uma vez construída a Clínica, a prefeitura de Paranavaí possa atender à crescente demanda de pessoas desse município e dos municípios e distritos de seu entorno, os quais, cada vez mais, procuram os excelentes serviços de saúde que o estado do Paraná oferece em Paranavaí.

Certos de poder contar com a compreensão do governo do Estado do Paraná, o qual sempre atendeu aos pleitos justos e legítimos dos municípios, dirigimo-nos a V. Exas., solicitando o auxílio indispensável.

INDICAÇÃO Nº 136/08

SÚMULA:

Sugere a Estadualização da Rodovia que liga o município de Coronel Domingos Soares ao município de Palmas.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Luiz Fernandes Litro dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a Estadualização da Rodovia que liga o município de Coronel Domingos Soares ao município de Palmas.

II - estamos apresentando a presente indicação, que irá trazer benefício ao município de Coronel Domingos Soares e ao município de Palmas, cujas populações vêm por muito tempo reivindicando solução para melhorar as condições de trafegabilidade e o escoamento da produção da região, sendo que já foram construídas 15 km restando outros 18 km para a conclusão da obra.

Sala das Sessões, em 04/06/08.

(a) LUIZ FERNANDES LITRO

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 1400

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a realização de Sessão Solene desta Assembléia Legislativa, na cidade de Maringá, no dia 27/06/08, para a entrega do Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Joaquim Romero Fontes, conforme determina a Lei Estadual nº 15678, de 23/11/07.

O presente comunica, ainda, que essa Sessão Solene será conjunta com a Sessão Solene da Câmara Municipal de Vereadores de Maringá, que na oportunidade entregará o Título de Cidadão Honorário do município ao mesmo homenageado.

Sala das Sessões, em 04/06/08.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1396

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e conforme o artigo 155, parágrafo único do Regimento Interno desta Casa, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 Sessões, da votação do Projeto de Lei nº 100/08, de minha autoria, item 07 constante na Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 04/06/08.

(a) EDGAR BUENO

REQUERIMENTO Nº 1409

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário seja autorizado a realização, no próximo dia 25/06/08, às 9h no Plenarinho desta Assembleia Legislativa, Audiência Pública sobre Segurança Pública.

Sala das Sessões, em 04/06/08.

(a) BETI PAVIN

REQUERIMENTO Nº 1401

Senhor Presidente:

O Deputado Tadeu Veneri, do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do douto Plenário, que seja concedido o horário do Grande Expediente no dia 10/07/08, comemoração dos 18 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente para o uso da palavra em Plenário.

Sala das Sessões, em 04/06/08.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO Nº 1406

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão Legislativa de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. João Avelino Martins, ocorrido no dia 31 de maio no município de Munhoz de Mello.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada Ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 04/06/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 79 anos de idade, faleceu no dia 31/05/08, o Sr. João Avelino Martins. Era viúvo de Dona Narcisa de Oliveira Martins. Deixou sete filhos, quinze netos e quatro bisnetos.

Seu passamento veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos, todavia, um consolo: é a

certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Rogamos ao Pai celeste que nossos amigos, familiares de João Avelino Martins, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Martins, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1407

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do jovem Douglas Levi Sandi, ocorrido no dia 31/05/08.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 04/06/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 21 anos de idade faleceu no dia 31/05/08, o jovem Douglas Levi Sandi, era filho de Genésio Sandi e Dona Terezinha Azevedo Sandi.

O passamento de Douglas Levi Sandi veio entristecer profundamente não apenas seus familiares, mas seus colegas e amigos dentre eles este Parlamentar.

O destino roubou-o ao convívio de seus entes queridos, de seus amigos. Resta-nos um consolo, a certeza de que viveu uma vida honrada dedicada à família, aos parentes e amigos.

Aceite, pois, dileto amigo Douglas Levi Sandi, nossas despedidas comovidas e a prece que dirigimos ao Todo-Poderoso, para que lhe dê o merecido repouso. Descanse em paz.

Sua família, a família que adorava despediu-se em lágrimas dizendo que poderá repousar tranquilo, pois saberá honrar seu nome e cultivar sua memória.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Sandi, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 1397

Senhor Presidente:

O Deputado Duílio Genari, que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, registro de votos de louvor, congratulações e muito aplauso ao casal Elvira Butzge e Rainildo Butzge, pela celebração de bodas de ouro, completando assim, 50 anos de feliz união conjugal, cuja comemoração se realizará no dia 07/06/08, na cidade de Toledo.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná compartilha da felicidade e alegria do casal, apresentando os votos de louvor, congratulações e muito aplauso, extensivos aos filhos, netos, genros, noras e todos os familiares.

Cumprimentos também à comunidade de Novo Sobradinho - Toledo, por ter em seu meio o ilustre casal Elvira e Rainildo, que ao longo dos anos muito trabalhou e ainda participa ativamente da vida comunitária, pelo que são reconhecidos e respeitados pelo seu modo de ser, sentir e agir como cidadãos responsáveis e preocupados com tudo que diz respeito ao bem coletivo.

Requer ainda, que seja oficiado ao casal a decisão desta Casa.

Sala das Sessões, em 04/06/08.

(a) DUÍLIO GENARI

REQUERIMENTO Nº 1408

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Quitandinha pela comemoração, no próximo dia 13/06/08, do seu 47º aniversário.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Walfrido Eduardo Prado, Prefeito municipal, ao Exmo. Sr. João Santana Pinto, vice-Prefeito Municipal, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Quitandinha.

Sala das Sessões, em 04/06/08.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Esta Parlamentar sempre presente aos acontecimentos que marcam a vida da população de Quitandinha, manifesta a sua satisfação por estar participando do progresso dessa cidade que jubilosamente estará comemorando o seu 47º aniversário, no próximo dia 13/06/08.

Quitandinha tem sua história marcada pela disposição de um povo que dia-a-dia constrói e amplia o horizonte de suas oportunidades com suas forças, e sempre auxiliado por Deus.

Parabenizamos todos aqueles que congregam os mesmos desejos de evoluir e alcançar os objetivos propostos através de um trabalho sério voltado aos interesses da população.

O legítimo exercício das funções legislativas e executivas, repousa justamente no consentimento popular. Ao serem eleitos, tanto Prefeito como Vereador, recebem uma delegação para agirem em nome do interesse do povo, e, cabe a sociedade fiscalizar suas atuações.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados à população de Quitandinha, é que seus administradores estão dando o máximo de seus esforços para a concretização dos anseios de todos.

REQUERIMENTO Nº 1411-A

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Ivaí, pelo transcurso, no próximo dia 10 de junho de seus 47 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Idir Treviso, Prefeito municipal, para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná receba a e cumprimente a laboriosa população do município de Ivaí.

Sala das Sessões, em 04/06/08.

(a) FELIPE LUCAS

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando com a alegria de toda a população de Ivaí que no próximo dia 10/06/08 estará comemorando 47 anos de emancipação política, queremos expressar os nossos votos de muito sucesso na certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo destes 47 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso da região. Parabenizamos através desta proposição toda a população honesta e trabalhadora que continua contribuindo para o desenvolvimento deste município.

REQUERIMENTO Nº 1403

Senhor Presidente:

O Deputado que a presente subscreve vem, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário, REQUERER o envio de pedido das seguintes informações ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná:

- número total de acidentes de trânsito registrados nos últimos doze meses, especificando-se mês a mês o total, nos municípios de Curitiba e de São José dos Pinhais;

- número total de infrações de trânsito registradas nos últimos doze meses, também com discriminação mês a mês do total, nos municípios de Curitiba e São José dos Pinhais;

- número total de multas de trânsito aplicadas pela Polícia Militar do Paraná, nos últimos doze meses, especificadas mês a mês, nos municípios de Curitiba e São José dos Pinhais.

Essas informações servirão como base para estudo comparativo a ser desenvolvido nesta Casa de Leis, com fundamento na função fiscalizadora deste parlamento. Neste trabalho, serão comparados temas como: a diminuição ou o aumento do número de acidentes, frente aos anos anteriores, por exemplo. Ainda mais, será buscado o estudo detalhado do montante das multas aplicadas, em cotejo com o número de infrações verificadas, até mesmo porque se sabe que a finalidade da multa não é apenas punir, mas principalmente educar os cidadãos para o trânsito, evitando repetições de atitudes indesejadas.

Por essas razões é que se espera o apoio dos demais Pares, para que seja possibilitado o desenvolvimento de função parlamentar, qual seja, fiscalizar.

Sala das Sessões, em 04/06/08.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 1399

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata desta Sessão moção de aplausos à Usina de Alcool de Açúcar Santa Teresinha Ltda., pelo fato de essa cooperativa figurar na lista dos 100 maiores empresas exportadoras do Paraná em 2007. A Usina Santa Teresinha aumenta a cada ano suas atividades e empreendimentos, tornando-se exemplo de boa administração e símbolo vivo de que, no estado do Paraná, as cooperativas que se dedicam com determinação aos seus projetos e sonhos podem fazer a diferença.

É, pois, com grande alegria que esta Casa de Leis homenageia a Usina Santa Teresinha por ocasião da celebração da sua excelente colocação - 12º lugar - na lista das 100 maiores empresas exportadoras do Paraná de 2007, destacando sua trajetória de sucesso e o fato de ter-se tornado motivo de orgulho para todos os paranaenses, em especial para os moradores de Maringá e região.

Requer-se à Mesa Diretora o envio de cópia do presente documento à Diretoria da Usina Santa Teresinha, na sede empresa, em Maringá/PR.

Sala das Sessões, em 04/06/08.

(a) TERUO KATO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 248/08

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Os responsáveis pelas farmácias e drogarias estabelecidas no estado deverão afixar placa, em local visível ao público, contendo nome e número de inscrição no Conselho Regional de Farmácia - CRF, do técnico (farmacêutico) responsável, bem como o seu horário de trabalho.

Art. 2º O descumprimento do disposto nesta lei sujeitará os responsáveis ao pagamento de multa, correspondente a 500 (quinhentas) UFIRs, não os desobrigando da afixação da referida placa.

§ 1º Em caso de reincidência, o valor da multa aplicada será em dobro.

§ 2º Independente da sanção prevista no *caput* deste artigo, os responsáveis pelos estabelecimentos de que trata esta lei terão o prazo de 30 (trinta) dias para procederem a afixação da placa, sob pena de receberem novas multas.

Art. 3º Para seu fiel cumprimento, esta lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 4º Esta lei entra em vigor depois de contados 30 dias da data de sua publicação, ficando tal período destinado à adaptação dos estabelecimentos ao cumprimento desta lei.

Sala das Sessões, em 04/06/08.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

O aumento do número de farmácias exige das autoridades o aumento no rigor da fiscalização desse tipo de estabelecimento, como forma de proteger a sociedade de práticas comerciais nocivas a saúde.

A União, através da Lei nº 5991, de 17/12/73 disciplinou a matéria relativa ao controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e estabeleceu em seu artigo 15 a obrigatoriedade da manutenção, durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento, de um técnico responsável:

Art. 15. A farmácia e a drogaria terão, obrigatoriamente, a assistência de técnico responsável, inscrito no Conselho Regional de Farmácia, na forma da lei.

§ 1º A presença do técnico responsável, será obrigatória durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento.

§ 2º Os estabelecimentos de que trata este artigo poderão manter técnico responsável substituto, para os casos de impedimento ou ausência do titular. (grifos nossos)

Ocorre que, muitas vezes, os responsáveis pelos estabelecimentos não mantêm um profissional especializado na área durante todo o horário de seu funcionamento. Para atender plenamente o espírito da lei, que é proporcionar segurança ao público consumidor, sugerimos que os referidos estabelecimentos anunciem, com clareza e objetividade, quem é o técnico em farmácia devidamente habilitado presente no momento do atendimento, como forma de assegurar o direito da população e garantir a segurança necessária no momento em que o povo procura um estabelecimento para adquirir medicamentos.

Constatamos, ainda, que o projeto encontra respaldo na Constituição Federal, em seu artigo 24, inciso V e XII:

Art. 24. Compete à união, aos estados, e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:

(...)

V - produção e consumo;

(...)

XII - previdência social, proteção e defesa da saúde; (grifos nossos)

Desta forma, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto de lei, que visa garantir a segurança necessária nas compras em farmácias e drogarias.

PROJETO DE LEI Nº 249/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As empresas de transporte coletivo, as concessionárias e as empresas prestadoras de serviços públicos ficam obrigadas a reservar espaço para a afixação de cartazes, fotos e informações sobre pessoas desaparecidas.

Art. 2º A afixação de cartazes, fotos e informações, de que trata o artigo 1º desta lei, poderá ser efetuada por órgãos do Poder Executivo ou entidades não-governamentais.

Art. 3º Os cartazes serão afixados no interior dos veículos de transporte coletivo e nas áreas de acesso ao público das repartições administrativas das empresas públicas e concessionárias, enquanto a divulgação de fotos e informações será impressa nos boletos, extratos de contas e avisos enviados aos consumidores.

Art. 4º Para seu fiel cumprimento, esta lei poderá ser regulamentada pelo Poder Executivo.

Art. 5º Esta lei entra em vigor depois de contados 30 dias da data de sua publicação, ficando tal período destinado à adaptação dos estabelecimentos ao cumprimento desta lei.

Sala das Sessões, em 04/06/08.

(a) EDGAR BUENO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei apresentado tem o objetivo de obrigar a reserva de espaço para mensagens de aviso sobre pessoas desaparecidas em veículos de transporte coletivo, boletos de prestação de contas, avisos e cobranças de serviços de empresas concessionárias no estado do Paraná.

Esta medida é um importante ato para ajudar as autoridades, familiares ou amigos de pessoas desaparecidas na constante busca pelos indivíduos.

Ao propiciar o acesso de toda a população do estado às fotos e às informações sobre as pessoas desaparecidas, estaremos aumentando as chances de estas pessoas serem reconhecidas, expondo as informações, facilitando a consulta e a possibilidade da população informar a localização dos desaparecidos.

Pelo exposto acima é que apresentamos a presente proposição, na certeza de contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 250/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica proibida, em todo o território do Estado do Paraná, o plantio, comércio, transporte e pro-

dução da planta Murta (*Murraya paniculata*), por ser este vegetal um dos principais hospedeiros da bactéria *Candidatus liberibacter ssp.*, disseminada pelo inseto vetor *Diaphorina citri*, transmissor da praga denominada Huanglongbing (HLB - Greening).

Art. 2º Será punido com multa de 2.000 UFIR's, que deverá ser aplicada em dobro e progressivamente nos casos de reincidência à infração multa, a pessoa física ou jurídica que comercializar, plantar, produzir ou transportar, no Estado do Paraná, a planta Murta (*Murraya paniculata*).

Art. 3º O Governo do Estado do Paraná, por meio de seus órgãos competentes, fiscalizará e elaborará um plano de erradicação, com a devida substituição, de todas as árvores da espécie Murta (*Murraya paniculata*) já existentes em seu território.

Art. 4º O plano de erradicação das plantas já existentes deverá estar concluído no prazo de 2 (dois) anos, que deverá ser contado a partir da publicação da presente lei.

Art. 5º Para atingir o objeto da presente lei, o Chefe do Executivo Estadual fica autorizado a celebrar Convênio de Cooperação com órgãos públicos federais e municipais, além de instituições privadas, estabelecendo inclusive parcerias, tanto para a conscientização da importância do programa, como também para o custeio das despesas decorrentes da medida.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/06/08.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

A planta Murta (*Murraya paniculata*) é vegetal hospedeiro do *Psílideo Diaphorina Citri* inseto transmissor da praga denominada Huanglongbing (HLB - Greening), que afeta de modo especial às plantações de laranja.

O estado do Paraná, através de seus órgãos competentes, fica autorizado a promover reuniões, palestras, conferências e tudo que necessário for para a devida conscientização da população quanto aos efeitos danosos do cultivo da planta Murta (*Murraya paniculata*), motivando dessa forma a substituição das árvores existentes e inibindo plantio e cultivo futuro.

O estado do Paraná, nessa campanha de divulgação e erradicação da planta Murta (*Murraya paniculata*), fica autorizado a mobilizar citricultores, agricultores, horti-frutigranjeiros, pecuaristas, assim como as entidades de classe como os Sindicatos, Organizações Não Governamentais - ONGs - e entidades como Associações de Bairros, filantrópicas, esportivas, dentre outras.

Após um ano, a partir da data de aprovação da presente lei, de divulgação e conscientização da população através de campanhas publicitárias que serão desenvolvidas pelo Governo do Estado do Paraná, para inibir plantio de cultivo futuro, será punido, por multa de 2.000 UFIRs, que deverá ser aplicada em dobro e progressivamente nos casos de reincidência à infração multa, a pessoa física ou jurídica que comercializar, plantar produzir ou transportar, no estado do Paraná, a planta Murta (*Murraya paniculata*).

Isto posto, espero contar com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 251/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica isenta do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS), a fabricação e a comercialização de próteses ortopédicas e cadeiras de roda.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/06/08.
(aa) MARCELO RANGEL
ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei por finalidade estabelecer isenção do ICMS próteses ortopédicas e cadeiras de roda.

É intenção da proposição a promoção da verdadeira inclusão social dos nossos portadores de necessidades especiais, uma vez que facilitar a aquisição de acessórios e equipamentos estimula a igualdade de condições, sejam deficientes físicos, auditivos ou visuais, contribuindo, assim, para o pleno exercício da sua cidadania.

Geralmente esses aparelhos têm custo muito elevado, e isentando as próteses e órteses de uma forma geral, bem como para aquisição de cadeiras de rodas, desta forma permitiremos que esses portadores possam adquirir o aparelho necessitado de forma justa a eles.

Desta forma esperamos o devido apoio e a conseqüente aprovação dessa colenda Casa ao projeto de lei apresentado.

PROJETO DE LEI Nº 252/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica assegurada aos consumidores usuários de estacionamento de veículos localizados no âmbito do estado do Paraná, a cobrança proporcional ao tempo de serviço efetivamente prestado para a guarda do veículo, devendo a proporcionalidade ser calculada de acordo

com a fração de hora utilizada, sem prejuízo dos demais direitos em face aos prestadores do serviço.

Art. 2º O cálculo do serviço de estacionamento deverá ser feito de acordo com a efetiva permanência do veículo, sendo que:

§ 1º Para a primeira hora de estadia, fração para o cálculo do valor do serviço não deverá ultrapassar 30 (trinta) minutos.

§ 2º Para cada hora subsequente, o valor cobrado não deverá exceder 30% do valor pago pela primeira hora.

§ 3º Para o caso de estadia para determinado período do dia, bem como diárias e mensalidades, poderá ser fixado o valor aleatoriamente, independente da fração base para os demais cálculos.

Art. 3º O descumprimento desta lei acarretará em aplicação de multa diária contada da data da autuação, podendo resultar na cassação do alvará de funcionamento em caso de reincidência.

Parágrafo Único. A multa que trata o *caput* deste artigo deverá ser aplicada pelo PROCON/PR, ou por órgão municipal de defesa do consumidor onde ocorra o fato gerador, e deverá ser destinada ao Fundo Estadual de Defesa do Consumidor, observadas as disposições do artigo 4º, parágrafo 2º, da Lei Estadual nº 14975, de 28/12/05.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 04/06/08.
(a) ELIO RUSCH

Apoioamento:

Marcelo Rangel, Plauto Miró, Nelson Justus, Reni Pereira, Valdir Rossoni, Duílio Genari, Luiz Carlos Martins, Jonas Guimarães, Durval Amaral, Rosane Ferreira e Pastor Edson Praczyk.

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela tem como objeto a proteção do consumidor, especialmente daquele usuário de serviços de estacionamento de veículos. Com vistas ao Código de Defesa do Consumidor, o que se pretende com a intentada lei é assegurar o justo pagamento pelo uso dos serviços desta natureza.

Os serviços de estacionamento de veículos são de grande frequência, principalmente nas grandes cidades, em suas regiões centrais e comerciais, sendo que a prática de cobrança pelo serviço prestado é a fixação de um preço inicial, geralmente mais alto, decrescendo tal valor, ou tornando-se constante, no decorrer do tempo de estadia. Dessa forma, o usuário que não completa o período inicial acaba pagando por um serviço que não foi prestado efetivamente.

E é em razão deste fato corriqueiro, prejudicial ao consumidor não contumaz, que usa o serviço aleatoriamente ou por tempo reduzido, que se faz necessá-

ria a normatização desta atividade, ao menos no que diz respeito à forma de cobrança pelo serviço, que deve ser apenas pelo serviço efetivamente prestado. Portanto, em sendo implantada tal regra, além de vir de encontro aos direitos do consumidor, também pode implicar em reflexos no estímulo à livre concorrência entre os estabelecimentos, na medida em que estimulará a redução do preço e da fração de tempo para cálculo do período efetivamente utilizado na primeira hora de estadia.

Assim sendo, ressaltando que não há qualquer mácula aos princípios gerais da atividade econômica, insculpidos no artigo 170 da Constituição da República, bem como aferida a competência legislativa no que toca o consumo (artigo 24, V - CF), e a perfeita iniciativa legislativa acerca da matéria ora proposta, ressalta-se a importância da aprovação da proposição em tela, em nome da defesa do consumidor paranaense.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência, com satisfação, anuncia a presença, a visita dos formandos do curso de Secretariado do Colégio Estadual Regente Feijó, de Ponta Grossa, acompanhados das professoras Marinete de Fátima Shwab Silva, Persídia Pereira e Rosa Clecir Glass. Sejam bem-vindas a Casa.

Vocês estão muito bem representados aqui nesta Casa, porque a Bancada de Ponta Grossa realmente é uma Bancada pujante, briguenta e bastante ativa. Portanto, sejam bem-vindos à nossa Casa.

Pequeno Expediente:

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Teruo Kato, primeiro orador inscrito.

Deputado Teruo Kato (PMDB)

O SR. TERUO KATO

Sr. Presidente, Nelson Justus; 1º Secretário, Dr. Batista; 2ª Secretária Luciana Rafagnin, Srs. e Sras. Deputadas.

Subo a esta tribuna hoje para dizer que na última sexta-feira estive em Maringá, participando de uma Sessão Solene da Assembléia presidida pelo nosso nobre Deputado Dr. Batista, com a presença do Deputado Jonas Guimarães, como 1º Secretário, e participei também como 2º Secretário.

Foi uma entrega de título de Cidadão Honorário, por iniciativa do Deputado Douglas Fabrício, ao nosso amigo professor Dr. Jacob Jimenez, uma pessoa que tem todo o histórico na nossa região noroeste, professor da Universidade Estadual de Maringá, foi Secretário da Indústria e Comércio do município de Campo Mourão, foi um dos idealizadores das festas típicas da região noroeste, inclusive Campo Mourão hoje reconhecida nacional

e até internacionalmente pelo seu prato típico que é o carneiro no buraco.

Recentemente estivemos em Campo Mourão, participando da COCAMFEST, aonde mais de 20 pratos típicos foram apresentados. Portanto, uma homenagem justa a este homem que tem dado uma grande contribuição à região noroeste e que ultimamente tem feito um trabalho em prol do turismo na nossa região, incrementando, incentivando o turismo regional, especificamente na nossa região noroeste, onde temos os grandes rios como o rio Paraná e o Paranapanema, temos o grande Projeto Costa Rica, também idealizado pelo Dr. Jacob e que tem sido acompanhado pela RETUR. Então vejo no segmento do turismo um segmento econômico importante e tenho me dedicado a esta questão, inclusive já levei à nossa região o Secretário de Turismo, Celso Caron.

Na próxima sexta-feira vamos estar discutindo na reunião da AMUNPAR, que é a reunião dos Prefeitos da região noroeste do Paraná, o turismo sustentável, inclusive com a preocupação da preservação do meio ambiente. Estará presente o Dr. Vitor Hugo Burko, Presidente do IAP, fazendo esta importante palestra e com certeza vai contribuir muito para que possamos estar alavancando um projeto estratégico de desenvolvimento do turismo na nossa região. Quero também dizer que na próxima quinta-feira, em Loanda, vai estar tendo um grande evento com a presença do Secretário do Meio Ambiente, Rasca Rodrigues, porque vai ser constituída a primeira cooperativa de crédito de carbono e uma cooperativa de pequenos produtores que através desse trabalho vai ser beneficiado, inclusive monetariamente e com uma consciência muito grande de preservação do meio ambiente.

Então um evento que vai acontecer lá no noroeste do Paraná, mas com certeza numa iniciativa que poderá se estender a todo o estado do Paraná, beneficiando principalmente os pequenos produtores. Também na sexta-feira, na parte da tarde, Deputado Jonas, vamos estar realizando em Paranaíba o 2º Encontro do Movimento das Cidades pela Educação Básica, numa iniciativa inédita, todas as federações do estado do Paraná, as federações patronais que compõem o Grupo G-8, se uniram nesse grande movimento, que é o movimento das cidades pela educação básica, para que através de um movimento voluntário possamos contribuir para que a qualidade da educação básica possa melhorar em nosso estado.

O nosso IDEB é acima da média nacional, mas nada impede que através desse trabalho possamos avançar e que a qualidade da Educação possa melhorar e que a Educação seja colocada como prioridade nº 1 na população do nosso Paraná e do nosso Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, o Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)

O SR. PÉRICLES DE MELLO

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Subo à tribuna para saudar as alunas professoras e os alunos professores do nosso colégio mais tradicional de Ponta Grossa, o nosso querido Regente Feijó. Colégio que é um símbolo da construção da escola pública, não só em Ponta Grossa e nos campos gerais, mas em todo o Paraná, inclusive tombado, faz parte do patrimônio histórico.

Fiquei muito contente este ano, porque consegui, junto ao Secretário da Educação, Maurício Requião, um pleito antigo do Colégio Regente Feijó. O nosso Diretor Claiton nos procurou, o município de Ponta Grossa doou um terreno ao Regente na região de Uvaranas, Jardim Primavera, ainda na época que o Deputado Jocelito era Prefeito. Depois, quando fui Prefeito, consolidamos a doação e o pleito Regente é construir uma extensão do colégio.

Temos a Audiência com o Secretário Maurício, o Diretor Claiton. O Maurício se comprometeu a fazer a extensão. Mas depois de análise chegou ao seguinte ponto: vai ser feito um colégio novo naquele terreno, mas o pleito talvez mais importante do Regente Feijó é a construção de uma quadra poliesportiva do ginásio. Será construída em nome do Regente Feijó.

Então vocês vão poder contar brevemente com o ginásio de esportes, com quadra poliesportiva, para todos os alunos desse colégio que é um dos maiores símbolos de Ponta Grossa. Tenho certeza que neste ano será começada a construção.

Parabéns a vocês da Escola de Magistério, vivemos um momento excepcional da educação brasileira. Vocês sabem que até 2012, a uma diretriz do Governo Federal, através do Plano de Desenvolvimento da Educação, de universalizar o acesso à educação infantil a partir dos quatro anos. Isso temos certeza que vai dar certo, o Deputado Teruo, que falou antes de mim, está num trabalho com a FIEP para que os municípios se consolidem nesse processo, nessa busca incessante de universalizar a educação infantil. Isso vai abrir muito trabalho para os nossos estudantes do Magistério.

Sou Presidente da Comissão de Educação nesta Casa. Estamos trabalhando muito também para o reconhecimento do diploma de 35 mil professores do Paraná, que tinham feito a escola normal, o Magistério. Fizeram o curso e houve um conflito com o Conselho Nacional de Educação, mas estamos muito próximos da solução.

Minhas boas-vindas a vocês. Também coloco o nosso mandato à disposição de vocês, como de todo povo de Ponta Grossa e do Paraná e, também, a Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, a qual presido.

Parabéns a vocês. Além disso, vocês poderão viver um momento importante da militância política, educacional, porque temos milhares de professores em frente ao Palácio das Araucárias, esperando uma Audiência com o

Governo do Estado. E eu, neste momento, estou buscando intermediar uma Audiência, para que alguns Secretários recebam uma Comissão formada pela direção dos professores do Paraná, que estão reivindicando um aumento salarial, plano de carreira para os funcionários e uma série de bandeiras histórias da Educação paranaense.

Parabéns a vocês, sejam todos bem-vindos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; quero também dar minha saudação aos alunos e professores de Ponta Grossa.

Faço uso da tribuna e gostaria de fazer um pronunciamento que para nós, que nos empenhamos, que trabalhamos juntos e de uma maneira especial batalhamos pela valorização da agricultura familiar, tivemos uma boa notícia no final do mês de maio, quando o Governo Federal destina, através do Ministério de Desenvolvimento Social, R\$ 2,2 milhões para o projeto de comercialização direta de alimentos produzidos pela agricultura familiar.

É um incentivo para nossos agricultores, para a agricultura familiar do nosso país e este recurso vem, justamente, para os municípios que fazem parte dos territórios da cidadania. E aqui no estado do Paraná vamos ser contemplados, com toda certeza, faz parte, a região de Cantuquiriguaçu, que pega mais a região centro do estado e também a região aqui do Vale do Ribeira.

Acho este apoio muito importante. Este recurso pode chegar ao limite máximo de R\$ 119 mil por município, é para ser destinado à compra direta de alimentos produzidos pela agricultura familiar e é para ser comercializado em feiras livres ou mercados populares. E mercados populares volantes também, isto nas grandes cidades, para que os agricultores possam comercializar esse produto. Ônibus poderão ser adaptados e circular nos bairros, para a venda destes produtos.

Acho isto de fundamental importância, naquilo que se refere ao incentivo à agricultura familiar, aos pequenos agricultores. E quando olhamos, principalmente nessa região do Vale do Ribeira, sabemos que existem agricultores realmente pequenos e que precisam muito do apoio, do incentivo do Governo Federal. Ficamos felizes que o Ministério do Desenvolvimento Social vai destinar esse recurso, no total de R\$ 2,2 milhões para a comercialização direta dos produtos da agricultura familiar.

Junto com isso, ontem, na “escolinha” do Governo, nosso Secretário Valter Bianchini, Secretário da Agricultura, numa entrega simbólica ao município de Cruz Machado, entregava o trator de número 1.040. Então,

1.040 tratores do Programa Trator Solidário foram entregues aos municípios do estado do Paraná, para os agricultores do estado do Paraná. E já tem fechada a proposta de 1.700 tratores neste um ano do Programa. Isto também é importante, porque com certeza traz uma dignidade a mais para nossos agricultores, de poderem pensar sua safra, sua produção, também através do Trator Solidário.

E quando falamos na questão da agricultura, não poderia deixar de destacar aqui, estamos vendo os banners da COHAPAR, que falam do Programa de Habitação da COHAPAR no estado do Paraná e eu não poderia deixar de fazer um elogio ao Programa que vem sendo feito, o Programa do Governo Federal, em parceria com o Governo do Estado, uma parceria muito importante e que o Governo do Estado tem destinado cerca de R\$ 2 mil por casa, junto a COOPERAC e CRESOL.

Estes recursos têm feito com que nossos agricultores possam construir suas casas, mas com mais dignidade. Temos acompanhado muitas inaugurações das casas dos agricultores e percebemos a alegria que o agricultor tem no ato da inauguração dessa casa, a alegria que ele tem em mostrar as fotos da antiga casa ou do antigo barraco, porque muitas vezes nem casa tinha e ficava em uma situação em que praticamente não tinha condições de morar e, no entanto, hoje consegue ter uma casa digna, uma casa de alvenaria, uma casa simples, mas bem feita e com uma segurança para ele poder viver com a sua família.

Então, aqui no estado do Paraná, realizamos há poucos dias uma Audiência com o Governador Roberto Requião, em que foi assinado um convênio para mais 1.600 casas nessa parceria, nesse Programa do Governo Federal, junto com o Governo do Estado, através da COHAPAR, junto com a FETRAF-Sul. Ficamos felizes, porque sabemos que esse Programa vem mudando realmente a vida dos nossos agricultores e está trazendo mais dignidade ao campo.

Muito obrigada, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (Partido Democratas)

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas.

Uso esta tribuna, Sr. Presidente, porque no dia de ontem eu iria me manifestar, mas infelizmente tinha marcado exames médicos e tive que me ausentar durante um bom período da Sessão, retornando somente quando a Sessão já estava na fase de votação das matérias e por essa razão não nos manifestamos ontem. Embora com a voz meio afônica, não poderia deixar passar em branco a bela exposição da COHAPAR que está aqui nos corredores da Assembleia Legislativa. Acredito que essa exposi-

ção que o Rafael Greca está fazendo, nada mais é do que uma provocação em relação àquilo que nós levantamos aqui na Casa.

Em momento nenhum criticamos o Programa da COHAPAR e todas as notas taquigráficas estão aqui na Assembleia Legislativa. O que criticamos e defendemos são os empresários e os trabalhadores que trabalham nas casas que estão sendo edificadas pela COHAPAR, porque aquilo que afirmamos, e as denúncias que fizemos aqui na Casa foram confirmadas pelo Líder do Governo e pelo próprio Presidente da COHAPAR, que disse que os recursos seriam liberados e que no mês de maio todos os débitos seriam saldados. Posso dizer, hoje, aqui na Casa, Sr. Presidente, sem citar nomes de empresas, que ainda ontem fui procurado por alguns empresários e também hoje fui procurado por outras pessoas que não receberam na sua totalidade - alguns receberam alguns valores e outros ainda têm em haver. Talvez já tenha sido pago a empresas, mas ainda há a Associação de Moradores com o seu nome protestado, ainda existe no dia de hoje.

Então, espero que o Presidente da COHAPAR, Rafael Greca, possa urgentemente quitar as dívidas que tem junto a fornecedores e com a Associação de Moradores.

É esse levantamento que fizemos e essa denúncia que fizemos aqui na Casa. Sabemos que a COHAPAR tem seu grande trabalho iniciado há muitos anos, diversos Presidentes por ela passaram, inúmeros Governos administraram a COHAPAR, boas casas foram edificadas, excelentes programas foram executados no estado do Paraná.

Poderíamos citar um deles, por exemplo, aquela casa rural que foi um excelente Programa, Vila Rural, mais de 400 conjuntos construídos, e sentimos a satisfação, e não precisa estar exposto aqui na Assembleia, num quadro, o antes e o depois. Sabemos que quem mora num barraco, sabemos que quem mora numa favela, quando sai da favela recebe uma casa que ele possa morar. Agora, quem entra com o ônus, efetivamente? É o Governo do Estado? Não. É o Governo Federal? Não. Quem paga e quem não tem retorno são as Prefeituras.

As Prefeituras comprem as áreas de terra, doam a área de terra para a COHAPAR, a COHAPAR pega o dinheiro da Caixa Econômica Federal e repassa para os mutuários para construir as suas casas. Agora, quem não recebe de volta, só existe um dos entes federados, é a Prefeitura. A Prefeitura compra o terreno e não ganha nada. O estado pega o dinheiro da Caixa Econômica e repassa para os conjuntos da residência. Alguns recursos, em contrapartida, em que o estado dá para a COHAPAR, alguns recursos sim são gerados pelo Tesouro do Estado.

Romanelli, V. Exa. que é Líder do Governo, V. Exa. que foi Presidente da COHAPAR, gostaríamos também que o Presidente da COHAPAR pudesse nos explicar os mais de 50 projetos assinados com a Caixa Econômica, quando é que eles vão sair do papel, porque foi feita uma festa muito grande com a Ministra mãe do

PAC quando veio aqui para o Paraná para a construção de quase 1.000 casas no Guaraituba, e por enquanto também não saiu do papel. Gostaríamos que isso fosse explicado para os paranaenses, mostrar os belos e bonitos banners. São lindos? As casas são belas? São! Sempre foram. Agora, não podemos brincar com o sentimento das famílias, e muito menos brincar com os fornecedores com que têm crédito com a COHAPAR, que nunca aconteceu na história.

Quero parabenizar o Líder do Governo e parabenizar o próprio Governo do Estado do Paraná pelo fato dele ter liberado os recursos necessários para a COHAPAR poder quitar os seus débitos junto com os fornecedores. Espero que todos possam receber, que não passe mais de um grande balão de ensaio. Espero que na semana que vem eu não precise vir nesta tribuna, ou talvez aqui na mesma galeria, fazer exposição de empresas que tem em haver com a COHAPAR.

Era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, Deputada Rosane Ferreira.

Deputada Rosane Ferreira (PV)

A SRA ROSANE FERREIRA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Amanhã é o dia Mundial do Meio Ambiente. Nós havíamos já, há algum tempo atrás, solicitado o Grande Expediente da última quinta-feira para discutir um assunto que preocupa todo o Brasil, e como não poderia ser diferente, a sociedade paranaense, que é a questão da dependência química. Nós havíamos solicitado esse Grande Expediente para quinta-feira passada, como antecipamos a Sessão daquela quinta-feira o nosso convidado virá amanhã. Então, amanhã não poderemos usar esse espaço para falar de meio ambiente, portanto eu faço agora.

Tive o prazer, juntamente com os Deputados Luiz Eduardo Cheida, Osmar Bertoldi, Luiz Fernandes Litro, Elton Welter, Cleiton Kielse e Reni Pereira, em compor a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente desta Casa. Tenho aprendido muito e tentado dar a minha contribuição para essa área tão necessária de ações efetivas. Fiz um levantamento, rapidamente, das coisas que trabalhamos nesse período que estamos aqui, relacionadas às questões ambientais. E foram muitas as ações. Foram vários requerimentos encaminhados à SEMA, COMEC, SANEPAR, MINEROPAR, COPEL solicitando informações. Muitos deles respondidos de uma forma conclusiva e alguns em questionamento. Solicitamos informações sobre a compensação ambiental da Refinaria REPAR, esta resposta ainda não conclusiva.

A Refinaria Presidente Getúlio Vargas que tem hoje a previsão de uma grande ampliação. Um investimento de mais de US\$ 2 bilhões. Desse valor, 0,5%, por

força de lei, terá que ser investido numa compensação ambiental. Estamos com uma indicação à Refinaria, pedindo que seja criado, com esse dinheiro, o Parque Várzeas do Iguaçu. Entendemos ser a forma apropriada de salvar, um pouco, o que resta das várzeas do rio Iguaçu.

Também pedimos informações sobre alternativas tecnológicas ao Aterro da Caximba. Ainda não resolvemos a questão do Aterro da Caximba. Teve toda aquela polêmica do consórcio envolvendo Curitiba e os 14 municípios da região metropolitana, a polêmica do Governo do Estado em fazer parte do consórcio, mas tudo está ainda em discussão. E o Aterro do Caximba pede socorro! Daqui a pouco não teremos onde pôr o lixo de Curitiba e de toda região metropolitana. Quase três toneladas de lixo por dia. Pedimos informações sobre o processo de renovação da concessão dos serviços de coleta e tratamentos dos efluentes domésticos de Contenda e de Araucária. Tratamento de esgoto em Contenda é zero. Nada de tratamento de esgoto. Eleitores, lá, têm 8 mil. Parece um número não significativo e por isso não se dá atenção. Espero que não!

Fizemos uma consulta com a SANEPAR e ela nos deu uma cifra que seria investida em Contenda, mas que ainda aguardava liberação. Está lá: Contenda, zero de esgoto! Araucária, com toda riqueza, só 30% sendo tratado. O resto sendo jogado no nosso rio Iguaçu. Falei isso ontem!

Pedimos informações técnicas à SEMA e à MINEROPAR sobre o procedimento de recuperação ambiental das cavas de areia no estado do Paraná. Os dois órgãos foram respondidos. Mas do ponto de vista ideológico, do ponto de vista dos cuidados efetivos das áreas de cavas, não nos satisfez. Podem ter certeza disso. Ainda precisamos de uma legislação mais eficiente com relação às cavas de areia das várzeas do rio Iguaçu.

Um dos primeiros pronunciamentos que fizemos nesta Casa, no ano passado, no verão ainda, era sobre o número absurdo de mortes que ocorriam por afogamento nas cavas do rio. Ainda precisamos que os areeiros sejam chamados à sua responsabilidade. Ainda precisamos que os areeiros recuperem o bioma, recuperem as várzeas quando da retirada de areia.

Também pedimos informações à COPEL sobre o uso de painéis fotovoltaicos, que é uma forma alternativa de energia em edifícios públicos. A resposta veio técnica e conclusiva e satisfez o nosso gabinete. Pedimos, ainda, informações sobre o monitoramento e tratamento da água da barragem do Passaúna, com resposta conclusiva, Deputado Pastor Edson.

Estávamos preocupados com a proliferação de algas na nossa represa. Tínhamos denúncias da colaboração diferente da nossa água e do gosto e a SANEPAR nos mandou todas as análises de amostras de água. Foram muitos documentos, de amostragens diárias de controle, que aumentou a minha confiança no trabalho da SANEPAR com relação ao cuidado com a nossa água.

Pedimos, também, a criação da Frente Parlamentar da Avaliação do Potencial Hidroelétrico do Estado do Paraná. Essa Frente foi criada e, hoje, está sendo presidida pelo Deputado Tadeu Veneri, com excelente trabalho. Levamos para discussão com a sociedade, com a imprensa, a criação da Usina Hidrelétrica de Mauá. Isso tudo só enriquece o trabalho e só enriquece e ajuda a proteger o nosso meio ambiente.

Parabéns ao Deputado Tadeu Veneri que está à frente dessa Frente Parlamentar que pedimos e que foi criada, nesta Casa, com a ajuda de todos os demais Parlamentares.

Passa a usar o horário da Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Solicitamos junto ao IAP informações sobre o andamento da criação do Parque Estadual José Wachowicz. É um parque maravilhoso que tem no município de Araucária, com centenas de pinheiros araucárias, alguns centenários e que teve a compensação ambiental quando da instalação da UEG, da Usina Termelétrica de Araucária. Pois bem, esse dinheiro está depositado, há vários anos, para pagamento dos herdeiros. A terra chegou a ser desapropriada, o parque chegou a ser criado, e por causa de algumas questões de herdeiros estamos, há três anos, lutando para que o parque efetivamente se concretize e não conseguimos. Então, essa resposta ainda não é conclusiva.

Ainda hoje vamos fazer um novo documento solicitando, mais uma vez, ao IAP, informações recentes, atualizadas do porquê o parque não se concretiza. Inclusive temos informações que tem gado no local, uma série de coisas, sendo que a área já está desapropriada para criação e preservação daquelas centenas de araucárias.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Concede um aparte, Deputada?

(Assentimento)

Só quero parabenizar pelo seu pronunciamento e pela sua atuação aqui na Casa, sempre preocupada com o nosso meio ambiente, uma grande defensora do nosso planeta.

Gostaria, Deputada, aproveitando este aparte, de pedir seu apoio, já conversamos com o Presidente da Casa, Deputado Nelson Justus, e gostaria de fazer o convite a todos os Deputados, como amanhã comemoramos o Dia Mundial do Meio Ambiente, para apoiar um projeto que deve entrar no dia de amanhã, que seria um programa que o Governo do Estado queria implantar no nosso estado, de proteção das minas naturais de água. Acho que este projeto é importante. Já estamos acompanhando o projeto que vem sendo desenvolvido na região sudoeste do Paraná, em 29 municípios, e tem dado um resultado muito bom. É uma maneira que reduz bastante a perfuração de poços artesianos, praticamente que quase eliminando e assim protegendo mais

as minas naturais, protegendo mais as nossas fontes e também as matas ciliares.

Esse projeto, com certeza, acordado pelo Deputado Nelson Justus, estará em pauta no dia de amanhã. Gostaria de me somar ao seu pronunciamento, parabenizar V. Exa., mais uma vez, pelo bonito e brilhante trabalho que faz nesta Casa, com relação ao meio ambiente. Desde já pedir o seu apoio e aproveitar fazer um convite a todos os Srs. Parlamentares para que, no dia de amanhã, possamos votar esse projeto desde já o voto favorável a ele.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Permite-me um aparte, Deputada Rosane?

(Assentimento)

Deputada Rosane, eu estava prestando atenção em seu pronunciamento. As vezes que V. Exa. tem subido na tribuna tem chamado a atenção, porque o assunto é sempre palpitante e importante.

Deixar um convite a V. Exa. e à Comissão de Meio Ambiente, já o fiz pessoalmente ao Presidente, para fazer uma visita a um dos municípios - nem gosto de falar o nome, porque lá nasci e tenho muita honra disso - para ver o trabalho que eles fazem com o lixo urbano. É um município que está se tornando referência para os municípios do Paraná. Vários municípios do Paraná têm visitado esse trabalho feito pela Prefeitura local, tem dado certo e é auto sustentável.

Cumprimento V. Exa. pelo seu pronunciamento. Terei a honra e a satisfação de receber a Comissão de Meio Ambiente na terra onde nasci, politicamente, para visitar essa experiência tão importante para a preservação e para o nosso ambiente.

A SRA ROSANE FERREIRA (PV)

Primeiramente quero agradecer o aparte da Deputada Luciana Rafagnin e dizer que ela já tem o nosso apoio.

Agradecer o convite, Deputado Valdir Rossoni. Conversarei com o Deputado Cheida. Ele está em Londrina no dia de hoje, tem uma série de eventos no município em relação ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Estaremos lá. Queremos ver isso. Queremos ver também a sua área de reflorestamento. Estaremos em Birituna brevemente.

Essa questão do lixo é fundamental. Temos que criar alternativas sustentáveis para a questão do lixo. Imagino que o senhor deva ter lá no município uma usina de compostagem, de reciclagem e recuperação dos resíduos sólidos. Quero conhecer essas experiências, que quando compartilhadas nos enriquecem. Priorizaremos juntos a Comissão, para que possamos estar lá o mais breve possível.

Conseguimos transformar em lei uma, duas, três, quatro, cinco situações. Aprovamos a Lei de Microbacias Urbana, que cuida das nascentes, dos córregos. Aprovamos uma lei de conservação do uso racional da água nas edificações públicas, em parceria com os Deputados

Cheida e Tadeu Veneri. Criamos uma lei, o Dia Estadual da Conscientização e Prevenção da Intoxicação por Agrotóxicos. Aprovamos outra lei que cria o Programa de Incentivo à Implantação de Aquecedores Solares de Água. Tivemos a nossa Lei nº 154/07 vetada, que era o uso da madeira reflorestada, mas que até hoje ainda não me conformei com aquele veto. Está tramitando ainda o projeto de lei de destinação correta de lixo eletrônico, em parceria com o Pastor Edson Praczyk, que esperamos que o Governador sancione e dê esse presente amanhã no Dia Mundial do Meio Ambiente. Esperamos, de coração, que essa lei seja sancionada.

É muito bom estar com vocês, quando vemos que o nosso trabalho vale a pena. Obrigada pelo incentivo de todos. Obrigada pelo conhecimento que esta Casa me dá e a oportunidade de fazer mais por todos os paranaenses.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se ao Grande Expediente. Com a palavra o Deputado Marcelo Rangel.

Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, amigos da imprensa, cidadãos do Paraná, amigos e amigos do Colégio Regente Feijó.

Hoje estou sentindo muito orgulho de poder falar desta tribuna pessoalmente a vocês e dizer o quanto sou agradecido, dizer muito obrigado porque foram vocês que me deram esta oportunidade de poder representar o estado do Paraná na Assembléia Legislativa, aqui nesta Casa de Leis.

É muito importante esse trabalho que as professoras do Regente Feijó estão fazendo com os seus alunos, de poder trazer os estudantes aqui para esta Casa de Leis, também conhecer os Poderes Constituídos. Porque cheguei aqui como Deputado Estadual e somente no ano passado que fui conhecer a Assembléia Legislativa do Paraná. Esse trabalho é muito importante, de conscientização, de politização. Vocês estão de parabéns e eu estou me sentido em casa tendo vocês na platéia.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de falar a respeito do decreto do Governador Roberto Requião com a intenção da desapropriação da área da Ponta do Poço em Pontal do Paraná para a construção de um porto público naquela região. Pois bem, não sou contra, de forma nenhuma, à construção de um porto em Pontal do Paraná. Acho que é de extrema importância e principalmente nesses moldes, um porto destinado ao MERCOSUL vai auxiliar, e muito, a região sul do nosso país, o estado do Paraná e em conjunto com o Aeroporto Internacional dos Campos Gerais vai colocar o nosso estado numa posição relevante na logística mundial.

Mas, Deputado Rossoni, preciso dizer, da maneira como o Governo do Estado do Paraná está querendo fazer a desapropriação e está querendo implantar um porto público, não é a mais adequada, porque estamos indo na contramão do mundo. Nos países de Primeiro Mundo, em todo planeta, os países estão se dedicando, e muito, na construção de portos e aeroportos financiados pela iniciativa privada.

Deputado Zucchi, é de extrema importância a participação da iniciativa privada na construção de portos e aeroportos. Nesse caso em Pontal do Paraná já existia tudo preparado. O projeto já está pronto, de viabilidade financeira, de viabilidade técnica, estrutural. Portanto, o projeto pronto, com investidores, com a viabilidade praticamente já realizada. Vem o Governo e decreta de utilidade pública, com fins de desapropriação, para a construção desse porto público que vai custar em torno de 400 a US\$ 700 milhões.

Agora, fico pensando aqui, se já temos os investidores, se a iniciativa privada já pretende instalar esse porto, por que dispende todo esse dinheiro, já que o Governo do Estado não consegue dar conta dos portos que tem? O porto de Paranaguá passando por diversos problemas de ordem estrutural. Estamos com problemas graves no Canal da Galheta e para chegar ao porto de Pontal tem que passar pelo Canal da Galheta. O porto de Pontal vai ter 21 metros de profundidade, mas passa pelo Canal da Galheta que tem 12, 13.

O porto de Paranaguá tem problemas no silão, tem problemas no setor de informática. Srs. Deputados, é inacreditável, mas fiquei sabendo que os computadores que controlam os chip loads, que são aqueles braços que levam os grãos aos navios, é um Pentium 100, é mais fraco do que esse aqui e desatualizado. E mais, suscetível a todo tipo de adulteração. Malandros podem entrar no computador, na famosa caixa preta da Siemens, e alterar números de embarque nos navios. Esta é uma denúncia grave.

Portanto, temos estes problemas no porto de Paranaguá e temos um problema grave no porto de Antonina, no porto de Barão de Tefé. Ainda não abordamos este assunto, Deputado Valdir Rossoni, nosso Líder. O porto de Antonina está entregue. Primeiro, o trapiche do porto de Antonina está em ruínas. Não existe nenhum tipo de equipamento portuário que esteja em plena condição de uso. Não tem armazém de retaguarda, não tem área de retaguarda. O canal não foi dragado, a questão da dragagem é séria, a qualquer momento navios estarão em situação de risco - aliás, já estão - podem a qualquer momento encalhar, isso todo mundo sabe.

Agora, na questão do porto de Antonina é mais grave, porque os sedimentos do porto de Antonina são orgânicos e o Governo do Estado não dá ajuda nem sequer para o porto privado da Ponta do Félix. A Ponta do Félix perdeu a licença ambiental, Srs. Deputados, para operar com cargas que não sejam congeladas. Quer dizer,

poderíamos atender 20 navios e hoje estamos atendendo um ou dois por mês.

Portanto, o Governo não dá conta dos seus próprios portos e quer investir 400 ou 700 milhões num projeto, que já está viabilizado, de ordem provada.

O Sr. Reinhold Stephanes Júnior (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Obrigado pelo aparte, Deputado Marcelo Rangel. Quero me somar ao seu depoimento.

Meu Líder, Waldyr Pugliesi, tenho a convicção, isso não é questão de ser Situação ou Oposição, eu conheci o projeto para a Ponta do Félix. Apresentou-me um empresário muito sério, muito competente, João Carlos Ribeiro. Era fantástico. Capital próprio, em parceria com várias empresas à nível mundial e que geraria emprego e riqueza para o Paraná. Projeto de primeiro mundo. E ele se submeteria à administração da APPA, porque, na realidade, ele tem que seguir as regras da APPA, seria subordinado à APPA, seria apenas a operação, execução dele, mas a normatização e a fiscalização seriam da APPA. Não havia justificativa para isto. Isto vai custar caríssimo ao estado, duvido que saia. Estamos em junho de 2008, duvido que saia neste Governo qualquer solução para o assunto. Isso vai gerar um imbróglio na Justiça, não vão acontecer.

E também lamento o que está acontecendo no porto de Antonina. E olha que os donos da Ponta do Félix são os fundos de previdência dos funcionários da SANE-PAR, COPEL e Banco do Brasil, são fundos de pensão. Eles tendo prejuízo por uma atitude que eu não considero correta, se proibir, há mais de 10 anos, a Ponta do Félix exportava produtos, não só de carne, *in natura*, mas também madeira, a Gerdau e tantas outras empresas e hoje não pode fazer isso. Isso gerou para Antonina um prejuízo sem tamanho e também gerou para os fundos de pensão destes funcionários estaduais e do Banco do Brasil um prejuízo gigantesco. Não faz sentido isso aí! Tanto essa questão da Ponta do Félix quanto em Pontal está errado! Eles têm que mudar e eu gostaria que até a Assembléia se somasse a essa sua fala.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Obrigado, Deputado Reinhold Stephanes.

Só para os senhores terem uma idéia, o decreto que o Governador assinou para Pontal do Paraná é o mesmo decreto que foi assinado para a região de Tibagi, nos campos gerais, para a construção do aeroporto internacional que vai ficar ao 20 quilômetros da cidade de Ponta Grossa. É o mesmo decreto, só que lá existe um diferencial. Toda estrutura, o projeto é de ordem privada, lá irão investir R\$ 1 bilhão e os dividendos, os impostos, a industrialização e os empregos que isso irá gerar naquela região. Aqui em Pontal também poderia acontecer a mesma coisa se tivéssemos a possibilidade de incentivar a iniciativa privada. É claro que vai ter administração

total passando pelo Poder Público, porque isso é lei, teremos apenas dividendos disso. Agora, com esse decreto, e o Governador dizendo que vai montar o porto público, simplesmente está barrando o progresso, está indo na contramão do mundo!

Com o aparte Deputado Rossoni.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Deputado Rangel, essa questão do porto eu tenho mais do que certo que não há mais como deixarmos de trazer aqui o Superintendente do porto. Podemos fazer um convite colorido, não precisa ser convocado, podemos fazer todo um cerimonial especial para o Diretor do porto, mas o Diretor do porto, Deputado Romanelli, V. Exa. que me ouve neste momento, ele tem que vir aqui! As dúvidas são tão grandes que ele tem que vir aqui empenhar a sua palavra.

Eu ouvi, embarquei no carro na segunda-feira, bem no horário em que o Superintendente do porto estava fazendo um pronunciamento na “escolinha”. Ele teve a capacidade de dizer que os lobistas de dragagem tinham encontrado apoio na Assembléia para que eles cobrassem quatro vezes mais. Isso é próprio de alguém que não está lúcido. Autorizo aqui a quebra de sigilo telefônico meu se algum dia eu tive contato com alguém que mexe com dragagem do porto.

A grande verdade é que a situação do porto é caótica. Acho que é uma atitude que devemos tomar. Eu proponho a V. Exa., vamos conversar com o Líder do Governo, convite, convocação, festa alegórica, como ele quiser vir, mas ele tem que vir aqui na Assembléia para ficar registrado nas notas taquigráficas o que a Oposição está falando. Senão, amanhã ou depois, ele vai sonhar, vai na “escolinha” e vai dizer que viu a Oposição puxando areia para jogar no Canal da Galheta para encalhar os navios. Só falta isso, o restante eles já falaram! Então é falta de responsabilidade, é falta de conhecimento, é falta de visualizar o que está acontecendo no porto.

Será que todos estão errados, só o Superintendente está certo? Os próprios Diretores do Porto estiveram aqui, V. Exa. discordou, aqueles que têm conhecimento técnico mostraram discordância do posicionamento do Superintendente do porto.

Cumprimento V. Exa. porque V. Exa. está trazendo novamente este assunto, porque senão parece que estou querendo ser dono do porto. Eu não, eu sou uma pessoa preocupada com o porto!

Outra questão, Deputado Rangel, não venha com este papo de privatizar. Quero fazer uma aposta aqui: se o Governo do Paraná gastar um centavo em 2008, não tem previsão orçamentária no decreto de utilidade pública ou de desapropriação para o novo porto, simplesmente é uma forma de atrapalhar que a iniciativa privada trabalhe e tenha um porto eficiente, porque daí vai mostrar a incompetência ainda maior do porto.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sem dúvida.

Com o aparte o Deputado Plauto.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)

Deputado Rangel, escuto com atenção e vejo a importância que tem a sua posição neste momento da tribuna, que traz a situação dos investimentos do aeroporto que era para ser viabilizado e construído pela iniciativa privada, dentro dos campos gerais, ali no município vizinho de Tibagi.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

V. Exa. tem mais um minuto. Por gentileza, Deputado, conclua.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Sr. Presidente, gostaria de utilizar o horário do PPS.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Perfeitamente. Com a palavra o Deputado Plauto Miró.

O Sr. Plauto Miró (Partido Democratas)

Infelizmente, o Governador do Estado do Paraná acabou tomando uma medida, fazendo com que essa idéia, esse projeto que era da região dos campos gerais e viesse a se colocar aqui no porto de Paranaguá. Nada contra o porto de Paranaguá e o litoral do estado do Paraná. Mas, depois de já ter dado o encaminhamento, o andamento do projeto acontecendo, se preparando e o Governador do Estado vem, intervém e acaba mudando todos os projetos que existiam lá para região dos campos gerais.

Agora, vi nas notícias que a iniciativa privada, de novo, está querendo fazer lá no litoral paranaense um porto, para que pudesse esse porto ajudar na exportação e importação de produtos pelo estado do Paraná. Um empresário paranaense iria colocar recurso próprio e, naturalmente, pretendia construir esse porto. O Governador vai novamente, desapropria, com a força e o poder legal que tem o estado, essa área que iria ser construído esse porto privado.

Umas coisas sem pé nem cabeça. Louco de bom, quando a iniciativa privada resolve investir do seu dinheiro para que possa ela competir, inclusive, com o Poder Público. Daí tem o porto público, tem o porto privado, tem o aeroporto público, tem o aeroporto privado e tudo isso faz com que haja competição, se vai ter tarifas menores para uma viagem, para cargas, para fretes e, assim por diante.

Mas enfim, me somo ao seu pronunciamento e quero aqui lhe parabenizar, sempre na defesa da nossa Ponta Grossa e dos campos gerais.

O SR. MARCELO RANGEL (PPS)

Agradeço muito, Deputado Plauto. Na verdade,

empresas de grande porte estão explorando o setor portuário e aeroportuário, até mesmo o empresário Eike Batista estava investindo em Peruibe R\$ 4 bilhões para a construção de um porto da iniciativa privada, com o total apoio do Governo Federal. O Governo Federal apóia tanto os portos, como os aeroportos privados, porque essa é a grande saída para o nosso país. É importante salientar isso.

Então, quando o Governador anuncia que estará construindo um porto público, na verdade ele está inviabilizando, porque ele tem dois anos e pouco de Governo, apenas. Em dois anos um projeto de iniciativa pública demora cinco, 10, 15 anos, principalmente um projeto como esse. Esse projeto já está sendo viabilizado há mais de três anos. Todos os estudos foram feitos. Todos os estudos ambientais, tudo, tudo. Está tudo preparado. Daí chega o Governador e pega o projeto da iniciativa privada e fala assim: “Não, sou eu que vou fazer”. Alguma coisa está esquisita nisso.

Então, na verdade, isso não é uma crítica, isso é uma sugestão. Vamos deixar a iniciativa privada trabalhar no nosso estado para o crescimento do nosso Paraná. Isso é muito importante. Assim como estão um dos maiores projetos do Brasil, um dos maiores projetos da América do Sul, que é o projeto do Aeroporto Internacional de Cargas dos Campos Gerais, nós também temos que apoiar o porto de Pontal do Paraná, privado.

Daí sim, já imaginou, Deputado Luiz Carlos Martins, a importância logística para o estado do Paraná, ter os dois, porto e aeroporto, cargas, especialmente para o MERCOSUL, internacionais.

Nesse sentido que estou me apresentando aqui nesta tribuna. Falar para os estudantes de Ponta Grossa que esta é a tribuna da Oposição. Aqui nós lutamos, aqui fazemos críticas, às vezes ácidas, aqui puxamos a orelha do Poder Executivo, do Governador, para que este Governo entre na linha. É assim que trabalhamos, batallhamos muito. E tempos atrás ficamos até altas horas para defender salário justo para professores, policiais, apresentando emendas que, tenho certeza absoluta, beneficiariam todos os servidores públicos do estado do Paraná. E aqui cobramos também ações na área de Educação, principalmente para os colégios da região dos campos gerais.

A vocês, mais uma vez, meu agradecimento. Muito obrigado a todos.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário destinado à Liderança do PSDB concedemos a palavra ao Deputado Valdir Rossoni.

Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero cumprimentar o Deputado Marcelo Rangel por ter falado neste assunto. O que mais preocupa - o Deputado Plauto Miró Guimarães também tem tido uma dedicação toda especial quanto à questão do Porto, tem feito um bom trabalho - o que mais preocupa é um Governo que não cuida do porto que tem, vai colocar dificuldades num porto que poderá ser construído para solucionar um porto que está obsoleto. Só eles não enxergam! Eles não vêem! Quer dizer, além de não construir, cria-se dificuldades. Esta é a grande verdade.

Para ter uma idéia estou com dificuldades de ter em mãos o decreto do Governador, da declaração de utilidade pública. Procuramos buscar o decreto. Estamos com dificuldades, porque dizem que temos que pedir o decreto à uma funcionária, Diretora Geral da Casa Civil, Jussara Gulin. Quer dizer, no mínimo - foi assinado dia 30 - isto teria que estar no Diário Oficial para que tivéssemos conhecimento. Mas, me parece que isto é um masoquismo: "Não cuidamos do porto. Vocês não constroem o porto."

Também estou vendo esta história da Linha Verde. A Linha Verde vai bem. É uma coisa extraordinária, a maior obra de uma Prefeitura no país, é uma obra que vai transformar aquela região. E agora, começa esta preocupação que está acontecendo com a questão do porto.

Ontem, tivemos um acontecimento que para nós não é novo. Não é estranho. Ontem, teve a demissão de um Diretor da ParanaPrevidência. Tal demissão vem na esteira do acontecimento de alguns fatos que quero recordar aos Srs. Deputados. Todas as pessoas que levantam suspeita de indícios - veja o cuidado - suspeitas ou indícios de irregularidades, é demitido sumariamente do Governo.

Farei o relato de algumas pessoas que foram vítimas desta atitude: Elma Romanó, Diretora do IAP de Ponta Grossa. Foi presa, acusada de participar de um esquema de autorização irregular para corte de araucárias na região de Ponta Grossa. Na verdade, Elma Romanó é quem teria feito as denúncias ao Ministério Público sobre os cortes ilegais, em julho de 2007.

Sandra Turra, Diretora Administrativa da CEASA, foi demitida após denúncias que envolviam irregularidades na CEASA.

Luiz Henrique Bona Turra. Quem não lembra do Bona Turra aqui? O Procurador do Estado foi demitido pelo Governador Requião seis meses após ter denunciado suposto superfaturamento nas compras do programa do leite. Lembram?

Sérgio Botto de Lacerda, Procurador Geral do Estado, pediu demissão do Governo e denunciou maus companheiros do Governo.

É uma história longa!

Rogério Distéfano, Diretor Jurídico da SANEPAR, deixou o cargo após denunciar aditivos indevidos de R\$ 41 milhões, pagos à famosa PAVIBRAS, por obras inacabadas no litoral do estado. Foi demitido porque denunciou supostas irregularidades.

Marcelo Cavalcanti, engenheiro da SANEPAR, foi demitido após ter avaliado por R\$ 595 mil um imóvel que a SANEPAR desapropriou para a construção da barragem de Piraquara, por R\$ 2,3 milhões.

Jozélia Nogueira, que era e continua sendo, para mim, muito competente. A Procuradora Geral do Estado não concordou com o posicionamento do Governador em relação à decisão do Juiz Edgard Lippmann, que proibiu o uso da TV Educativa para ataques do Governador. Depois de mostrar a sua posição, Jozélia foi demitida e humilhada pelo Governador. Após a saída do Governo, Jozélia declarou que em muitos casos judiciais do Governo o trâmite não caminha, por insistência do Governador, em determinados assuntos. Em relação ao pedágio, a Dra. Jozélia declarou que o Governador não demonstra real interesse na negociação para baixar as tarifas. Não fui eu quem falei, mas foi a Dra. Jozélia, que era Procuradora do Estado. Por que será que não demonstra interesse e faz um discurso contrário ao pedágio?

Leopoldo Campos, Diretor do porto de Paranaguá, depois que denunciou os problemas do porto, principalmente em relação ao terminal de álcool, foi exonerado.

Ruy Alberto Zibetti, Diretor de Desenvolvimento da APPA, foi afastado após receber ofício comunicando o desaparecimento de 4 mil toneladas de farelo de soja do silo público. E não foram os pombos que comeram o farelo! É muito farelo! Não tem pombo que chegue no Paraná!

Orley de Souza Miranda, do porto de Paranaguá, foi transferido porque comunicou o desaparecimento do farelo de soja.

E ontem tivemos a demissão de um dos Diretores da ParanaPrevidência, porque esse Diretor colocou publicamente - ouvi hoje a entrevista dele na CBN - dizendo que as aplicações feitas, de R\$ 400 milhões pela ParanaPrevidência, foram feitas sem aprovação, foi uma ação de apenas um Diretor. Aí o Diretor, que não concordou com a iniciativa daquela aplicação no Banco Pactual, foi demitido.

Então, estou lembrando aqui, porque é uma longa história de pessoas que, com o objetivo de contribuir com o Governo, trouxeram questões sérias, e tudo isso que eu estou falando das suspeitas de irregularidades foram levantadas por pessoas que tinham cargos de confiança no Governo, e ao levantar os problemas no Governo, que é obrigação do servidor público, o que aconteceu? Foram demitidos. E aí vamos ter aqui a visita dos Diretores da ParanaPrevidência, na próxima semana, e vamos ter que levantar um problema que eu considero sério, que vai comprometer a ParanaPrevidência, o sistema financeiro do estado, porque hoje o estado está com uma dívida com a ParanaPrevidência por não cumprir obrigações que estão previstas em lei. O Governo do Paraná está com uma dívida com a ParanaPrevidência de aproximadamente 1 bilhão, porque não vem cumprindo com os seus compromissos com a ParanaPrevidência.

Meu caro Deputado Romanelli, pode ter certeza que não estou louco não, eu só gostaria que, em nome do respeito e da transparência, todos esses casos da Elma Romanó, da Sandra Turra, do Luiz Henrique Bona Turra, do Sérgio Botto de Lacerda, do Rogério, do Marcelo Cavalcanti, da Jozélia, que mexe com o pedágio que V. Exa. tanto entende, do Leopoldo, Diretor do porto, do Orlei do sumiço do farelo, entre o que poderíamos fazer era recebermos aqui as explicações...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PMDB. Com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do PMDB: Deputado Luiz Claudio Romanelli

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero agradecer aqui o Líder Waldyr Pugliesi, que possibilitou que pudéssemos utilizar a tribuna neste horário, até para responder a esse emaranhado de conclusões feitas, cometidas melhor dizendo, pelo Deputado Valdir Rossoni.

Em primeiro lugar, às vezes fico me perguntando: quem é a fonte? A fonte é o jornalista Celso Nascimento ou é o Deputado Valdir Rossoni? Porque nunca vi uma parceria tão bem feita igual a essa. Porque está se tornando previsível. Eu, de manhã, agora leio o jornal Gazeta do Povo e daí posso saber o que é que vai falar o Deputado Valdir Rossoni da tribuna da Assembléia Legislativa. E interessante que agora já nem mais só trata do tema, Deputado Enio Verri, ele já está lendo a coluna, daqui a pouco inclusive ele já dá o e-mail do jornalista Celso Nascimento.

Entendo que ser pautado, ou pautar um jornalista, reconheçamos aqui, é uma coisa, na minha avaliação, é um direito de cada um, mas temos que constatar que está se tornando absolutamente previsível. E também quero dizer o seguinte: entendo porque o Deputado Valdir Rossoni estranha o comportamento do Governador Roberto Requião e o comportamento que tinha o ex-Governador Jaime Lerner. Desculpem-me aqueles que, quando falo do nome de Jaime Lerner, se ofendem com isso. É uma questão de postura, de conduta.

Quantas vezes, no Governo do arquiteto Jaime Lerner, ele tinha uma dificuldade grande em demitir alguém. Aí tinha um motivo muito forte e que levavam a ele e pediam que tomasse uma providência. Ele pegava a caneta e assinava o ato de demissão. Qual era a surpresa de todos? No dia seguinte o ato de nomeação estava revigorado, ele tinha voltado atrás. Ele era incapaz de tomar uma decisão e manter essa decisão, por conta das pressões que recebia. Como sabia que era um Governo que tinha muita coisa errada, irregular, e aí o Governador voltava atrás, era constrangedor. Constrangia até a base do Governo nesta Casa.

Deputado Valdir Rossoni, o Governador Roberto Requião não é um homem de meias palavras. V. Exa. sabe disso! Ele, quando tem que demitir, demite. Às vezes dói para ele, pois sabemos o critério com que nomeia as pessoas. O próprio Dr. Alpendre, prestou serviços na campanha do candidato Osmar Dias. Nem por isso o Governador Roberto Requião deixou de reconhecer que tinha capacidade.

Agora, as razões que levaram o novo Presidente da ParanaPrevidência de poder substituí-lo, certamente pode ser dito pelo novo Presidente da ParanaPrevidência. Há uma equipe que está sendo modificada, porque o ex-Presidente José Maria de Paula Correia saiu para poder disputar eleições no município de Matinhos.

O fato é que a discussão que existe em relação à ParanaPrevidência, Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. não poder ir a tribuna e dizer que o Governo está devendo 1 bilhão para a ParanaPrevidência! V. Exa. sabe que não é verdade isso! V. Exa. sabe que o Governo paga, tem feito as conciliações de conta e está pagando diretamente as aposentadorias que deveriam estar sendo pagas pela ParanaPrevidência. E também sabemos que o antigo Governo transferiu para este Governo o pagamento daquilo que deixou de pagar. Ele fez uma dilação de prazo. Como V. Exa. sabe da dilação de prazo, que o Governo passado concedeu às montadoras que estão aqui no Paraná, são no total de 24 anos.

Temos que reconhecer que, muitas vezes, quando se lê nomes, como aqueles que foram nominados pelo Celso Nascimento, cada um deles tem uma história. Cada um deles é um momento. Em cinco anos de Governo, certamente o Governador Roberto Requião, na minha avaliação, demitiu pessoas, substituiu-as, divergiu, concordou, mas uma coisa ele não fez: transigir. Tanto que V. Exa. sabe que desta tribuna eu disse, em nome do Governador Requião, qual foi a orientação do Governo: para se aplicar dinheiro em Banco público e não em Banco privado. Esse tema, na verdade, tem que ser tratado com a seriedade e o respeito que ele necessita.

Entendo que esses factóides que são criados diariamente e que, lamentavelmente, V. Exa., agora, começou inclusive a ler da tribuna, entendo que é um desserviço ao debate político, que esta Casa deve ter num altíssimo nível. Sinceramente, conheço V. Exa., tenho um respeito profundo pela sua inteligência, mas tenho que dizer a V. Exa. que divirjo quando repercuta aquilo que faz ou escreve o Celso Nascimento. Essa parceria já não é de hoje. Entendo que é uma parceria construída pela identidade ideológica que, certamente, V. Exa. e S. Sa. o jornalista tem, mas entendo que não podemos ter nesta Casa um debate político pautado por uma coluna de jornal, até porque os outros jornais são tão ou mais importantes.

V. Exa. pode falar da coluna do Fábio Campana, da Ruth Bolognese da Folha de Londrina, da Elizabete Castro do Estado do Paraná, da Roseli Abrão que tem uma coluna extremamente respeitada em nosso estado. Uti-

lize, também, outras fontes de informações que acho que são importantes para poder promover o debate político.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, acho que V. Exa. comete dois equívocos. Primeiro, V. Exa. quer analisar o meu pronunciamento. Então, parece que vou ter que entrar aqui e mostrar o meu pronunciamento para que V. Exa. dê seu conceito se eu posso fazer ou não. Acho que não é por aí que caminha a democracia. Segundo, V. Exa. comete um outro equívoco, me permita discordar, quando V. Exa. diz que sou pautado pelo Celso Nascimento. Quero agradecer ao Celso Nascimento por ter repercutido uma nota que foi feita por mim, pela minha assessoria, contando todos esses fatos ao longo do Governo, fatos estranhos que ocorreram. Quero agradecer ao Celso, ao Fábio Campana e a todos os colunistas que repercutiram a minha nota.

Deputado Romanelli, não se preocupe com o colunista Celso Nascimento. V. Exa. está com a síndrome do Celso Nascimento. V. Exa. é muito maior do que isso. V. Exa. é inteligente, é Líder deste Governo. Não se preocupe com o Celso. O Celso está apenas repercutindo o que fazemos aqui.

Agradeço o aparte de V. Exa. e prometo lhe conceder quando estiver falando.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

É uma honra poder ouvi-lo, mas V. Exa. não ouviu o início do meu pronunciamento, quando questioneei quem é a fonte, se é V. Exa. ou se é o Celso Nascimento. Então, é V. Exa., mas eu lendo a coluna do Celso Nascimento, pela manhã, sei o que V. Exa. vai falar à tarde. V. Exa. não precisa nem chegar aqui e me dizer o que vai falar. Eu leio a coluna do Celso Nascimento e sei o que vai acontecer, aqui, na Sessão Plenária da Assembléia.

Concretamente, Exa., tem Governo aqui no Paraná. Tem Governador que toma decisão. Quando tem que tomar decisão, o Governador Requião as toma, porque é um homem de coragem, um homem probo, trabalhador, que não é à toa que é a terceira vez que ele é Governador do Estado do Paraná que, diga-se de passagem, só ver as pesquisas de opinião, um amplo apoio em todo estado do Paraná, um apoio extremamente importante, que o povo do Paraná confia no Requião.

É isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, consulto a Liderança do PDT.

(Declina)

Consulto o Bloco PTB/PR. Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

Liderança do Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, queria fazer uma saudação às nossas valorosas alunas e um aluno do nosso Colégio Regente Feijó, de Ponta Grossa, turmas do 4º ano de Secretariado A e B e 1º Secretariado, cursos técnicos em Secretariado, todos uniformizados; às nossas professoras Marinete e Rosa, que estão aqui conosco junto com os nossos alunos. São 600 que estão fazendo o curso e estão presentes 67 alunos para acompanhar os trabalhos desta Casa.

Agora mesmo vocês acabaram de ver aqui um debate importante. Um Deputado chamando o outro de mentiroso. Um disse que a ParanaPrevidência devia tanto e o outro diz que é mentira dele. O Líder do Governo disse que o Governo não deve. O Líder da Oposição disse que o Governo deve milhões à Previdência e o Líder do Governo disse que não é verdade. Aqui o horário é livre e cada um fala o que quer. A Oposição critica e a Situação se defende. Este é o Parlamento do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Colégio Regente Feijó, para aqueles que não conhecem história, é um colégio histórico de Ponta Grossa, dos mais bonitos pela sua arquitetura, tombado pelo patrimônio histórico do estado do Paraná. Quando Prefeito de Ponta Grossa, esse colégio estava na mesma situação do Colégio Instituto de Educação, estava caindo literalmente, colocando em risco o dia-a-dia dos alunos. Como Prefeito e Presidente da Defesa Civil, fomos ao Regente Feijó e interditamos o colégio, com lealdade e responsabilidade. Levamos todos os alunos para o Oscar Pereira, para o ginásio de esportes, onde eles foram alocados por quase um ano, até que o estado fez as reformas. Nasceu a reforma. Hoje está acontecendo uma outra reforma. O colégio passa por mais um momento importante e vive um momento bom, porque consegue mais uma reforma também neste Governo. Ele está colocado no coração de Ponta Grossa, em frente à praça Barão do Rio Branco.

Os nossos estudantes estão aqui, que se formam no final do ano, para conhecer um pouco mais os trabalhos desta Casa. É importante para eles, porque podem conhecer um pouco mais do que significa aquilo que é feito.

Sr. Presidente, hoje recebi uma notícia muito importante sobre o nosso hospital regional de Ponta Grossa - Deputado, V. Exa. que foi Secretário de Estado do Planejamento do Governo Requião - hoje pela manhã estive lá. Toda vez que vou ao hospital regional de Ponta Grossa, Deputado Plauto, me encho de orgulho, porque se tem uma obra que ajudamos a fazer, a construir, e ainda está sendo construída, é esta, que nos deixa muito feliz. A saúde passa por momentos muito difíceis, não apenas aqui, mas no país inteiro. Éramos a única região pólo do estado do Paraná que não tinha um hospital regional. Londrina, Maringá e Cascavel têm. E Ponta

Grossa, infelizmente, não tinha. Depois de uma luta muito grande, um trabalho forte que fizemos junto com o atual Prefeito, que é nosso adversário político, mas não é inimigo e deve ser respeitado, o cidadão quando é Prefeito de uma cidade não deve ser discriminado por Deputado nenhum. Tivemos a felicidade de uma dia encontrarmos o Governador Requião e conseguimos liberar essa obra do hospital regional. Uma obra que será maior que a Santa Casa de Misericórdia de Ponta Grossa, hoje, que completou 100 anos. É o hospital que vai servir para ajudar os nossos filhos, os nossos netos. Muitas das nossas alunas que estão aqui, terão orgulho de daqui a 30, 40 anos, seus filhos, seus netos poderem utilizar esse hospital. É um patrimônio colocado dentro do *campus* da universidade que vai facilitar a volta do curso de Medicina em Ponta Grossa, porque sem o hospital o Governo não queria fazer esse curso de Medicina.

Eu que fiz tantas obras como Prefeito, mas para mim é uma das obras mais importantes da história da nossa cidade, é o hospital que vai fazer uma revolução a partir dessa construção. Hoje, mais de 200 pessoas estão trabalhando. Esse hospital terá 2 mil funcionários, 30 leitos de UTI, mais de 130 leitos; um hospital de cinco pavimentos e que digo, com orgulho, é maior que o hospital de Maringá, é maior que o hospital de Cascavel e, com todo respeito a Londrina, é mais moderno, Deputado Belinati, que o seu hospital na nossa querida Londrina. Temos que comemorar as coisas boas, porque é tão difícil neste país. Vou toda semana àquele prédio, acompanho, entro lá, coloco o capacete porque acho que é, sem dúvida nenhuma, algo que a cidade e a região dos campos gerais merecem, que é o hospital regional.

O Governador tem os seus defeitos, discutimos, brigamos, às vezes entramos em atrito, mas essa é uma obra para deixarmos registrada na nossa biografia política, pensando lá na frente, que um dia os nossos filhos vão precisar. Recentemente, o Prefeito Riva Benalin morreu em Castro e morreu no hospital que ele construiu no seu último mandato. Uma obra grande e morreu na UTI que ele construiu. Deve ter sido um orgulho para ele morrer no hospital que ele construiu e que continua salvando vidas.

Interessante é que nos orgulhamos daquela obra. Daqui a 30, 40 anos, os meus filhos vão estar aqui, os meus netos vão estar aqui e eles haverão de utilizar aquele hospital, que é um dos patrimônios políticos colocados dentro da nossa cidade de Ponta Grossa, e que nenhum Governador deu a Ponta Grossa. A cidade chega perto dos 200 anos. O Requião, com todos os seus defeitos, suas virtudes, atendeu um pedido nosso e fez aquilo que chamamos de maior patrimônio da nossa cidade e dos campos gerais.

No dia de amanhã, Deputado Romanelli, quero falar sobre algo que achei maravilhoso: "COPEL faz economia de 93%, com troca de telefonia celular". A COPEL fez isso, trocou a empresa, a operadora, e obteve 93% de economia.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Parabéns aos nossos alunos.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Agora ouviremos o eminente Deputado Antonio Belinati, no horário da Liderança do PP.

Liderança do PP: Deputado Antonio Belinati

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, Deputada Luciana, Deputado Jonas, Deputadas, Deputados, comitê de imprensa, visitantes.

Uma notícia triste: o IBGE aponta que no nosso país está tendo um aumento significativo de homicídios. Então, a violência, Sr. Presidente, continua campeando, são crimes, droga rolando abertamente na porta de escola, na porta de igreja, nas praças, nas favelas, no meio dos ricos.

Ainda hoje vi um estudo feito no Canadá de que a maconha - tem gente que acha que a maconha é boa para a saúde - diz que a maconha reduz o poder do cérebro do ser humano. Aí vem o crack, que está matando também, que é uma droga maldita, tem a cocaína, tem o êxtase, e ficamos impressionados, tem tanta propaganda fantasiosa de que as autoridades estão combatendo os traficantes de drogas, e a droga está em todo canto.

Teve um tempo, volto a repetir, que droga era consumida só em cidade grande e por gente rica. Hoje a droga é consumida pelo rico, pelo remediado, pelo pobre, pelo favelado. E aquele que não tem dinheiro mata a mãe, mata o pai, mata a avó para arrumar dinheiro para poder comprar a droga. E aquele que compra a droga fiado, compra para pagar depois, e não paga por algum motivo, este está com a sentença de morte, porque é lei no mundo do tráfico: comprou a droga, não pagou, morre. Tem morrido muita gente em Londrina, Ponta Grossa, Curitiba, no Paraná, no Brasil inteiro, pessoas ainda muito jovens que se tornaram escravos e dependentes dessa coisa que só traz a desgraça para o viciado e para a sua família.

Então, não vamos nos iludir quando matam Pablo Escobar, cuja fazenda do Escobar agora virou um ponto de atração turística na Colômbia, quando se prende o Abadia, quando se prende o Fernandinho Beira-Mar. A impressão que dá é que não tem mais tráfico de drogas, porque prenderam os cabeças.

Eles matam ou prendem o chefe do tráfico, meia hora depois já tem outro chefe, às vezes até melhor preparado do que aquele que morreu ou do que aquele que foi preso. Aliás, é sempre uma guerra no tráfico alguém querendo matar ou prender o que tem mais dinheiro, bilhões, para poder tomar o posto dele.

Então creio que esta notícia que foi divulgada há pouco pelo IBGE, que aumentou muito os assassinatos e a violência no Brasil, o origem, a raiz de tudo isso, lamentavelmente, quase tudo isso, a origem e a raiz está

no consumo da droga. Nosso respeito, temos que tratar com amor o dependente de droga, arrumar um meio dele tentar se libertar desse vício maldito, e ao traficante toda a severa punição.

A Sra. Rosane Ferreira (PV)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Belinati, quero já agradecer o aparte, mas quero aproveitar o seu pronunciamento para dizer que amanhã estaremos trazendo nesta Casa um técnico responsável pelo CT-Dia, que é uma Organização Não Governamental que trabalha com dependência química. Amanhã teremos toda uma abordagem sobre um problema tão sério que é o crack, que está realmente exterminando a nossa juventude. É uma coisa impressionante.

Então, quero aproveitar o seu pronunciamento e já agradecendo, sei que o senhor estará aqui conosco, bem como o Deputado Jocelito Canto, mas gostaria também de estender o convite aos demais Parlamentares, que amanhã possamos ouvi-lo e, principalmente, que possamos pensar em alternativas para ajudar o Executivo no enfrentamento deste problema tão sério que é a dependência química.

Muito obrigada, Deputado.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Parabéns, Deputada Rosane, nosso respeito e nossa admiração ao trabalho de V. Exa.

Presidente, tem um homem no Brasil, é um dos homens mais ricos deste país, o nome da esposa dele é Marisa, mas não é o marido da Marisa que ocupa o comando do Palácio do Planalto, não é o Presidente Lula, é o Vice-Presidente, José Alencar, grande empresário em Minas Gerais que, por coincidência, casou com uma mulher que também se chama Marisa. O Lula casou com a Marisa, viúva de um taxista, o Lula tinha lá um sindicato em São Bernardo, aí morreu o taxista, a viúva foi ao sindicato tratar da pensão deixada pelo marido, o Lula, muito esperto, ganhou na conversa e hoje é marido da Marisa, parece que ela levou até mais sorte do que ele. Aí, o Vice-Presidente Alencar, também casou com uma mulher chamada Marisa, apenas coincidência. Mas o que nos faz falar deste homem rico, poderoso, Zé Alencar, é que hoje ele foi intimado, homem milionário, Vice-Presidente do Brasil, se der um enfarto no Lula, cair o avião do Lula, tomara que não aconteça nenhuma desgraça, ele se torna Presidente como o Itamar se tornou Presidente no lugar do Collor.

O Sarney, estava numa baixa tremenda, lançaram o Tancredo Neves, na época não tinha chance nenhuma para ser eleito Presidente porque o PDS, na época, tinha a grande maioria do colégio eleitoral. De repente, o Tancredo Neves, na véspera de tomar posse como Presidente do Brasil, estava se arrumando, fazendo a barba para ir à missa 7 h da noite na catedral de Brasília, passou mal, foi

internado, nem tomou posse, o Sarney virou Presidente no lugar do Tancredo Neves e ficou cinco anos no poder.

Bom, mas o que eu quero falar deste homem milionário, o Zé Alencar, é que ele está sendo intimado a comparecer para fazer um exame de DNA. Tem uma professora, Rosemari de Moraes, 52 anos de idade, ela jura que é filha biológica do Zé Alencar. E o Zé Alencar, que é um homem tão rico, pelo menos é a imagem que ele passa para nós quando fala na TV, no rádio, quando dá entrevista, o Zé Alencar está relutando! Ele está com câncer, está doente, é um homem poderoso, rico e está relutando, não quer fazer o exame de DNA. Ora, se a filha não é dele, nada melhor do que ele ir lá, fazer o exame e o Brasil todo tomar conhecimento: “Estavam lançando uma acusação indevida ao Zé Alencar, ele fez o exame e a filha não é dele!”

Tivemos um caso no Brasil, um homem que, quem sabe, poderia até ter chegado a Presidente da República, Edson Arantes do Nascimento, que nasceu em Três Corações em Minas Gerais, o Rei Pelé. Para mim ele deu duas grandes bolas fora na vida: uma quando ele falou que o povo brasileiro não sabe votar, e a outra quando ele teve uma filha, fora do casamento. A filha cresceu, se elegeu Vereadora, estava com câncer, morreu, o Pelé não reconheceu e o DNA provou que era filha dele. O Pelé, talvez para não sofrer um constrangimento grande, não foi nem ao velório da sua filha biológica. O Pelé, politicamente, ali se enterrou.

Eu sei que muitas vezes a pessoa tem um filho fora do casamento, fica amargurada, 20, 30, 40 anos, porque ela não quer causar constrangimento à família. Outro dia e eu fui a um velório, em Londrina, e uma moça estava me contando, uma empresária: “Minha mãe está chateada, porque apareceu aqui uma moça, que é filha do meu pai.”

O pai estava morto ali no caixão, sendo velado. Essa moça disse que estava com dó do pai porque ele teve que esconder isso da família por mais de 30 anos. Imagine com a cabeça dele deve ter ficado este tempo todo, sabendo que tinha uma filha, mas não queria causar mágoa para a esposa e para as filhas do casamento dele!

Então, sabemos que quando há um caso desse um filho fora do casamento, é sim problemático, mas se já veio a público o melhor é o Zé Alencar, que é um homem rico, está no fim da vida - a mulher é professora, tem 52 anos, talvez não vá nem querer herança dele - que ele faça o DNA. Se for filha, que ele assuma e o país vai dar todo o aplauso, todo o respeito, porque é isso que o país espera e quer de todos.

Termino, Sr. Presidente, saudando professoras, professores, alunos, alunas do Regente Feijó de Ponta Grossa, que dão a honra de nos visitar nesta Casa. A televisão mostrou ali, já estão telefonando aqui para a Assembléia que só tem mulher bonita aí no meio das estudantes. Agora, o Jocelito falou que só tem um rapaz no meio das mulheres. Como é que você dá conta de cuidar de toda essa mulherada bonita?

Estão se formando como secretárias, parabéns, é uma grande profissão, muitas de vocês vão certamente para uma universidade. Parabéns, muito obrigado pela visita e que vocês tenham uma grande e brilhante carreira profissional. Que Deus abençoe a todos vocês, jovens estudantes do Regente Feijó de Ponta Grossa. Sejam bem-vindos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Horário das Lideranças, o último orador inscrito nos Democratas, o Deputado Plauto Miró.

Liderança do Partido Democratas: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero, antes de mais nada, fazer uma saudação à nossa cidade, ao Colégio Regente Feijó, o segundo colégio mais antigo da nossa cidade, porque o mais antigo é o Colégio Senador Correia e o segundo é o nosso Regente Feijó, aos professores, aos alunos que estão aqui no dia de hoje, prestigiando e trazendo a alegria a esta Sessão Plenária. Um forte abraço e sejam muito bem-vindos a nossa Casa.

Com o aparte do Deputado Reni Pereira.

O Sr. Reni Pereira (PSB)

Rapidamente, até me somando ao cumprimento de V. Exa. aos alunos lá de Ponta Grossa, gostaria, até para não deixar a imagem que passou no pronunciamento do Deputado Jocelito, quando ele falava que a Oposição crítica e o Governo se defende.

Acho que quando o Líder do Governo fez a defesa, se assim entender, do pronunciamento do Deputado Rossoni, e isso é bom que eles levem, o Líder do Governo estava fazendo o seu papel. Mas, o importante seria, na democracia, que a Oposição fizesse o levantamento de algumas situações e o Líder do Governo fizesse a demonstração de que aquela situação não ocorreu. Com isso quero dizer que tanto a fonte do Deputado Rossoni, quanto da imprensa do Paraná, são os fatos que acontecem todos os dias no Governo e a Oposição demonstra. Ao contrário que seria a parte do Governo demonstrar que não teria ocorrido.

Então, só para esclarecer, para que eles não levem uma impressão equivocada desta Casa.

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Agradeço, Deputado Reni, e comungo dessa idéia. O papel da Oposição dentro do Parlamento é justamente esse, é cobrar as ações do Governo, as promessas feitas na campanha eleitoral e fiscalizar. Trazer as irregularidades que são denunciadas, que chegam até os gabinetes dos Deputados da Oposição.

Esse é um procedimento normal. Ou o atual Governador do Estado, quando era Senador da Repú-

blica, lá em Brasília e quando foi Deputado, na Assembleia, era um Parlamentar de Oposição, ele utilizava a sua inteligência, o seu trabalho, para tentar fazer justamente aquilo que nós, hoje, Deputados, fazemos na Oposição do Governo Roberto Requião. Isto é democracia, tem que ter os dois lados: o lado da fiscalização, da denúncia, da cobrança, e o lado do Governo. Só que o Governo, quando rebate alguma crítica da Oposição, o Governo tem que mostrar e provar aquilo que ele está falando, senão as palavras são jogadas ao vento e, na realidade, não se fica certo se é verdade ou não.

Então, cabe ao Governo, que está com a caneta, que está com o poder, que está governando, trazer as provas de que as denúncias que foram feitas não são verdadeiras. Só papo, subir na tribuna e dizer que não, que a Oposição não está correta, quando o Líder do Governo sobe lá: “Nós, do Governo, desmentimos o que a Oposição fala”, não cola! Não cola! Como eles estão governando, eles têm que provar, com documentos, aquilo que realmente acontece no Governo do Estado do Paraná.

Mas, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o que me traz à tribuna não seria bem este assunto. Acabamos entrando com o aparte do Deputado Reni Pereira, mas é a questão dos fertilizantes. Agora tivemos, há uma, três ou quatro semanas atrás, nesta Casa, um debate, aonde o Sindicato dos Trabalhadores da antiga Ultrafertil, da PETROBRAS, aqui estiveram para que pudessem falar do preço dos fertilizantes do Brasil. Uma grande discussão. De um lado, os proprietários das empresas privadas, discutindo, e do outro lado os Deputados Estaduais questionando os preços dos fertilizantes, porque, Sr. Presidente, nos últimos 12 meses subiu em torno de 200% os fertilizantes. Vou repetir: 200%!

O fertilizante NPK, para terem uma idéia, é o nitrogênio, o fósforo e o potássio. O nitrogênio é feito do petróleo. E a PETROBRAS, no passado, tinha uma indústria que se chamava Ultrafertil e ela vendia aos produtores o nitrogênio, que é a uréia e o sulfato de amônia. Quando a Ultrafertil foi privatizada, o que aconteceu? O aumento do consumo dos fertilizantes, no Brasil, aumentou e naturalmente vimos a PETROBRAS fora do mercado e as empresas privadas acabaram não ampliando a produção dos fertilizantes no Brasil.

O consumo aumentou e, junto com tudo isto, a alta do petróleo. O petróleo saiu de US\$ 30, há três ou quatro anos atrás e hoje já está US\$ 130 o barril. E falam os especialistas que vai chegar a US\$ 200 o barril. Então, vejamos a alta que teve.

Os fertilizantes, uma parte deles, a parte nitrogenada, vem do petróleo. Então, tudo isso subiu. Só que o petróleo, aqui no Brasil, é nosso. Não é o ditado chavão, daqueles que governam hoje: “A PETROBRAS é nossa”! E porque é que a PETROBRAS, que é nossa, não produz um fertilizante mais barato, para podermos colocar na agricultura brasileira, para que os preços dos alimentos não subam tanto? Vejam quanto subiu o feijão, o arroz, o

milho, a soja, que alimentam os animais, o frango, o porco, subiu tudo, pesando diretamente na cesta básica.

Os brasileiros estão sentindo no bolso, porque a comida subiu, daí você vai a um restaurante e os preços dos restaurantes naturalmente repassam o preço da comida, dos alimentos. Tudo subiu. E infelizmente, nós - e aqui me coloco como cidadão e como agricultor - estamos sentindo na carne o preço dos fertilizantes.

O Governo Federal tem que intervir. Temos, no Brasil, minas de fósforo e uma mina de fósforo e uma mina de potássio, que fica ao lado do rio Madeira, no Amazonas. E se o Governo injetar, fizer o PAC dos fertilizantes e injetar recursos para explorar essas minas, com certeza teremos o adubo barato no Brasil, diferente dos demais países mundiais, que têm algumas minas de fertilizantes, mas com um custo bastante elevado. E se o Governo Federal intervir, aqui, cai o adubo. E caindo o preço do adubo, caem os preços dos alimentos no nosso Brasil.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero pedir aos Deputados do Partido dos Trabalhadores, vejo o Deputado Enio Verri, que está chegando à Casa, que foi Secretário de Estado, com muita competência, no Planejamento, e esteve lá em Brasília como Chefe de Gabinete do nosso paranaense Paulo Bernardo, o qual vem fazendo boas ações para o estado do Paraná, a Bancada do PT, Deputado Verri, do Deputado Tadeu Veneri, quero pedir: o Governo Federal tem que fazer com que a PETROBRAS intervenha, interfira na questão da produção dos fertilizantes no Brasil. No passado, ela já fez e deu certo. Quando ela produzia, através da Ultrafértil, o nitrogênio, tivemos um preço razoável dos fertilizantes no Brasil. Só que do jeito que está hoje, uma boa parte da produção, ou quase a totalidade, está nas mãos da iniciativa privada, que naturalmente quer lucros e nessa situação, estrategicamente, o Governo Federal tem que intervir. Se não intervir, o que posso dizer é que mesmo com os preços que os alimentos estão, os produtores da agricultura brasileira não terão lucro, porque o lucro ficará com as empresas que vendem o adubo. Não é o agricultor quem vai ganhar, mas ganham as indústrias dos adubos. O Governo tem que intervir, porque cada vez mais o arroz, o feijão, o pãozinho, o trigo, que já dobrou o seu preço, vão continuar subindo e, naturalmente, vão fazer com que o brasileiro sofra diretamente no bolso.

Concedo um aparte ao Deputado Luiz Malucelli.

O Sr. Luiz Malucelli (PSDB)

Quero parabenizá-lo pela excelente explanação que faz neste momento e me somar, como Deputado Estadual, a essa luta. Que a FAEP, tão bem dirigida pelo nosso Líder da agricultura, Dr. Ágide Meneguetti, e a OCEPAR, que neste momento estamos juntos tanto com as cooperativas assim como com a Federação dos Agricultores, porque é necessário, sim, um Deputado combativo como o senhor para que possamos, cada vez mais, defender a agricultura do Paraná, que fez deste estado um

estado pujante, moderno, que desenvolve o interior do estado, que ajuda o país a crescer e estamos prontos, porque a sua idéia é inteligente e devemos levá-la para frente.

Parabéns, mais uma vez, pelo seu pronunciamento!

O SR. PLAUTO MIRÓ (Partido Democratas)

Obrigado, Deputado.

Para concluir, só agora no mês de maio a uréia, que é usada na produção de alimentos, subiu de R\$ 1.100 a tonelada para R\$ 1.500, sendo que no ano passado era R\$ 800. Então, ela mais que dobrou se contarmos os últimos meses e o ano passado. Só neste mês subiu 27%, Sr. Presidente. Então, cabe, sim, ao Governo Federal, para que o Presidente da República, através de seu partido, o PT, haja e faça com que os recursos públicos possam ser direcionados para que o Governo, estrategicamente, possa produzir os fertilizantes para a agricultura brasileira com um preço mais barato e mais justo e quem ganha é o povo, porque terá na cesta básica um preço menor.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

Liderança da Oposição: Deputado Valdir Rossoni

O SR. VALDIR ROSSONI

Deputado Nelson Justus, não faria uso da Liderança da Oposição, mas por respeito aos estudantes de Ponta Grossa o farei, até porque estudei em Ponta Grossa quando jovem. O Parlamento, na sua verdadeira essência é o centro nervoso da política do estado. É aqui que nos encontramos para debater os assuntos do Paraná. Por exemplo, não entendi da forma como o Deputado Jocelito Canto entendeu. O Deputado Romanelli, respeitosa-mente, Líder do Governo, discordou dos números que tenho levantado sobre a ParanaPrevidência, mas em uma discordância de números em nenhum momento foi usado o vocabulário mentiroso. E por quê? Esse não é vocabulário de Parlamento e nem de estudante. Devemos ter um tratamento respeitoso aqui.

Então, Deputado Romanelli, V. Exa. tem um número, eu tenho outro e há discordância. O que eu disse da tribuna? Que na semana que vem teremos os Diretores da ParanaPrevidência aqui e vamos arredondar os números, até porque eu, como Líder da Oposição, tenho dificuldades para chegar nos números e V. Exa. tem mais facilidade. Então, sobre questão de mentira, aqui não foi usada esta palavra, e eu jamais usaria este vocabulário contra V. Exa., quero deixar isso aqui claro.

Segundo, quero dar aqui o meu depoimento como Líder da Oposição à luta dos Parlamentares de Oposição nesta Casa que representam Ponta Grossa, Deputado Rangel, Deputado Plauto, até fiquei em dúvida aqui,

Deputado Plauto, Deputado Rangel, Deputado Jocelito, fiquei em dúvida, qual é o colégio que chove dentro lá em Ponta Grossa? Instituto de Educação, porque eu não sou de Ponta Grossa, então não lembro, Deputado Plauto. Mas aqui eu vi os Deputados de Ponta Grossa levantando essa questão pelo Rangel, pelo Plauto, e são Deputados de Oposição, alertando o Governo que um colégio não pode funcionar, porque chove dentro. Ora, não é legítimo isso? Não é bonito você ver o seu Deputado defendendo o seu município? É bonito!

Uma outra causa que ficou marcada na política do Paraná, que corresponde e fala sobre Ponta Grossa, aqui teve uma grande polêmica, o curso de Medicina que foi fechado pelo Governo atual, pelo Governador Requião. E foi levantado aqui pelos Deputados de Ponta Grossa, e todos os Parlamentares aqui apoiaram os Deputados que disseram que o Governador estava sendo injusto em fechar o curso de Medicina, que já estava funcionando. Como é que eu iria saber que estava chovendo dentro de um colégio, do Instituto? Porque temos aqui Deputados brilhantes que trouxeram esta causa.

Outra questão, vim aqui falar de hospital. Veja como é, Ponta Grossa está na frente de União da Vitória, que eu represento. Por que está na frente? Não temos a construção de um hospital em União da Vitória, como tem Ponta Grossa. De parabéns os Deputados de Ponta Grossa. Agora, é importante ressaltar que este hospital que eu, na campanha eleitoral, falei que este hospital pronto em 2007. Agora, qual o ano que vai ficar pronto? Se não estivermos aqui cobrando as ações do Governo, passa, não acontece e vamos inaugurar quando o hospital? Então, são essas coisas que a Oposição faz, e é importante ser apontada. O debate, o bom debate, o debate de nível, o debate do respeito, o debate da verdade, o debate das causas paranaenses sempre enaltecem este Parlamento.

Então, subi na tribuna até para dar uma justificativa, porque não usei este vocabulário aqui anteriormente.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

V. Exa. me concede um aparte?

(Assentimento)

Deputado Rossoni, V. Exa. que é quase um filósofo daqueles internacionais, costumo sempre gostar do nosso filósofo lá de Itaiacó, que é o Sr. Dominginhos, que é muito falado lá, muito simples, do interior, e ele diz que cada um entende como deve. Acho que todo mundo entendeu o que o Deputado Romanelli falou e o que V. Exa. falou.

Quanto ao hospital, Deputado Rossoni, que orgulho para nós termos um hospital como aquele! Não interessa se vai ser em 2010, 2011; o interessante é que vamos ter um hospital que nunca tivemos e que V. Exa. diz que a sua União da Vitória, que V. Exa. foi Líder do Governo anterior, não teve. Não vamos discutir aqui liderança...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não teve e não tem.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Pois é. Eu não sou Líder e estamos aí com um hospital que vai ser inaugurado e que vai ser o grande orgulho de todos nós dos campos gerais. Espero que o curso de Medicina volte, porque é uma obra importante. Quanto ao Instituto de Educação, se V. Exa. prestasse atenção num discurso que recentemente eu fiz aqui, eu trouxe um jornal...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Só gostaria que V. Exa. fosse breve, porque está encerrando o meu tempo...

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Muito obrigado.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Não, pode concluir, Deputado Jocelito.

Deputado Jocelito, eu não sou nenhum filósofo. Li um livro há 15 dias atrás, porque não durmo à noite, fico lendo. Sabem por que o mar é imenso? O mar é o maior dos rios do mundo, porque está abaixo de todos os outros rios, mas não deixa de ser majestoso. É um aprendizado que poderíamos refletir um pouco no dia de hoje.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

***Liderança do Governo: Deputado
Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Deputado Valdir Rossoni é, sem dúvida nenhuma, um grande Parlamentar. Enfrentá-lo é sempre uma honra para um humilde radialista que tem apenas a 6ª série, mas tem orgulho de dormir à noite. Durmo, porque às 5h tenho que estar na rádio. Que é uma missão que tenho, que gosto. Gosto de levantar cedo, faz parte da minha vida. Não sou burguês. Sou um menino que gosta de trabalhar. Desde pequeno, com muito orgulho, trabalho.

Estou todo dia lá em Ponta Grossa. Gosto muito de falar de Ponta Grossa, até porque o maior patrimônio da minha vida está em Ponta Grossa. E, olha, que já fui chamado de forasteiro. Mas tenho orgulho de já ter sido Prefeito, três vezes Deputado. Nunca comprei um voto de ninguém. Sempre trabalhei e consegui tudo o que tenho com o meu trabalho. Nunca falto as Sessões desta Casa. Venho aqui debater, discutir.

Escuto aqui a Oposição falar mal da Oposição? O Instituto de Educação é fruto do Governo anterior que

não cuidou. O Professor Josué, que é o atual Presidente, mostrou que o Instituto está arrebitado desde lá de trás. É culpa de quem? É culpa do governo anterior que não cuidou. Mas o atual Governo, independente disso ou daquilo, está fazendo. Está reformando mais uma vez o Instituto.

O atual Governo tem feito coisas boas em Ponta Grossa, sim. Alguns preferem só criticar, eu prefiro elogiar as coisas boas. Há muitas coisas que as pessoas não sabem. Por exemplo: lá em Ponta Grossa, quando o Governador Roberto Requião assumiu tinha 17 leitos de UTI. Hoje tem 70 leitos. E ainda é pouco! E o hospital regional tem mais 30. Não tínhamos quimioterapia e radioterapia. Hoje temos. As ambulâncias do SIATE, quando vieram do governo passado, tive que gastar dinheiro da Prefeitura, porque foram detonadas nos Jogos da Natureza, em Foz do Iguaçu, e vieram faltando equipamentos. Isso aconteceu em Ponta Grossa.

O atual Governo está financiando a rodoviária. A rodoviária de Ponta Grossa está sendo financiada pelo governo do Estado. As estradas da região estão todas prontas. Guaragi, Palmeira e até o Itaipoca do Sr. Dominginhos, não o filósofo do mar, o filósofo da roça. Esta lá a estrada concluída. Então, quando se fala em Ponta Grossa, Deputado Rossoni, tenho tanto orgulho da nossa querida cidade, por que há tantas coisas acontecendo por lá que ficamos felizes de ver. Obras importantes, obras que alguns Deputados se perguntaram: “Por que não conseguimos?” Ponta Grossa tem o menor número de violência do estado, hoje, por habitante. É a cidade menos violenta do Paraná. Por quê? Porque o povo é bom.

Falar é muito fácil. Se falar resolvesse não precisava de obras, era só fazer discurso. Agora, o velho Aníbal Khury, velho guru do Alexandre Curi dizia que atrás do balcãozinho é muito fácil porque você vai lá só pede, xinga e “enche o saco” e, do lado de cá você tem que resolver o problema. Não adianta só falar, tem que resolver, tem que finalizar, tem que acontecer. Então, fico muito satisfeito de falar de Ponta Grossa. Não fala de União da Vitória porque não conheço. Falo de Ponta Grossa porque estou todo dia lá e vejo as coisas. Agora, Deputado Valdir Rossoni, V. Exa. não fale do hospital regional. V. Exa. acabou de confessar que não conseguiu um para União da Vitória, sua terra. O senhor foi Líder do Governo Lerner, eu não sou Líder e junto com o prefeito do seu partido, que eu elogio aqui, nós conseguimos um hospital para Ponta Grossa, que era a única cidade-pólo que não tinha hospital.

“Ah, vai sair daqui a um ano, dois anos!” Meu Deus do céu, quantos anos tem Ponta Grossa? Ponta Grossa vai completar 188 anos. Eu pergunto, Deputado Marcelo Rangel, Deputado Péricles: quem é que construiu um hospital até hoje em Ponta Grossa? Quem é que construiu?

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

O senhor me permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Olha, veja como é interessante, veja como é importante, Deputado Jocelito, a representatividade de uma cidade. Temos quatro Deputados e é importante ouvi-lo porque o senhor faz a defesa do Governo e com propriedade, porque existem coisas boas, sem dúvida nenhuma, mas o senhor falou que o problema do Instituto de Educação foi um problema herdado do Governo anterior. O Governo anterior foi do Roberto Requião. Faz mais de cinco anos que o Governo Roberto Requião está à frente do Governo do Estado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

V. Exa. viu o jornal que eu mostrei outro dia aqui!

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Não, sem dúvida, mas veja como é importante. Não se pode tirar o mérito, também, da Oposição de fazer as cobranças porque cobrando e fiscalizando você está garantindo, também, obras para sua região. Temos aqui, dois do Governo e dois da Oposição. O que é importante, Deputado Jocelito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Agradeço seu aparte e digo a V. Exa. que Oposição é só para fazer críticas, não resolve nada. Essa história aí de que Oposição contribui não contribui nada. Isso é “papo furado”! As obras que tiveram que fazer o governo vai fazer. O Governo decidiu que vai fazer uma obra, vai fazer. Não é a sua fala que vai resolver fazer obras. Não é por que o senhor falou que vai sair uma obra. O Governo faz a obra que tem que fazer. Não é a Oposição que vai determinar: “Ah porque eu falei vai sair a obra! Ah, gente, Papai Noel existe, a Oposição fala e daí sai a obra!” É a história das emendas. Demos o aumento para os professores e os outros não quiseram. Vamos ser realistas. Oposição pode e deve criticar, mas ela não faz obra.

Concedo um aparte ao Deputado Péricles.

O Sr. Péricles de Mello (PT) (Aparte)

Se o Deputado conhecesse bem Ponta Grossa, ele saberia que todas as obras do município, o Governo está fazendo: ginásio de esportes para deficientes, rodoviária, Paraná Urbano, recapeamento, hospital regional. O PSDB e o Governo não precisam de intermediação de Deputado, independente do partido do Prefeito.

O Deputado Valdir Rossoni fala de Ponta Grossa, talvez, em homenagem.

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB)

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Dizer ao Deputado Péricles que estudei em Ponta Grossa. Não falei nada contra Ponta Grossa. Não critiquei, apenas citei que esse hospital foi cantado em verso e prosa, que seria terminado em 2007. Agora, 2010,

2015, concordo com V. Exa. E se V. Exa. concorda, pode ficar tranqüilo. A Oposição tem um papel fundamental, sim. Não estamos aqui para concordar com os erros do Governo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para finalizar vou terminar no mesmo tom do Deputado Valdir Rossoni. Não tenho a formação que V. Exa. tem. A minha velha mãe de 68 anos, funcionária pública de uma Prefeitura do Rio Grande do Sul - para encerrar esse assunto do hospital regional, quanto tempo vai durar, quanto tempo vai demorar, quando vai começar - sempre dizia: "Prefiro receber um salário pequeno, mas ter um emprego todo mês, para poder dar o arroz e o feijão para os meus filhos."

Muito obrigado.

(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se à Ordem do Dia, nesta tarde em que todas as homenagens e todos os caminhos nos levam a Ponta Grossa.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

República de Ponta Grossa.

O SR. WALDYR PUGLIESI (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Estou preocupado com uma coisa. Temos aqui muitos estudantes. Ouvi uma informação do Deputado Rossoni, que me deixou perplexo. Ele falou que o mar é o maior rio do mundo. Então, os estudantes de Ponta Grossa vão ficar pensando: "Mas o mar é rio? O rio é mar?" Eu queria fazer essa colocação, porque o mar não é o maior rio do mundo como afirmou o Deputado Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Conheço o Deputado Pugliesi. Parece-me que ele gostou do aplauso dos estudantes. Sei que eles são inteligentes. Disse que todos os rios convergem com o mar. O mar é majestoso e grande, porque ele está a alguns centímetros abaixo de todos os outros rios. Se V. Exa. não compreendeu, por favor entenda agora.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se a Ordem do Dia.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 135/08, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente, propondo ao Sr. Governador do Estado e ao Sr. Secretário de Estado da Saúde, a construção de Clínica da Saúde da Mulher e da Criança, no município de Paranavaí. **À Diretoria Legislativa para, os devidos fins.**

Indicação nº 136/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, constante do expediente, sugerindo ao Sr. Governador do Estado, a estadualização da rodovia que liga o município de Coronel Domingos Soares, no município de Palmas. **À Diretoria Legislativa para, os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria dos Deputados Marcelo Rangel e Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Elio Rusch, devidamente apoiado. Constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Edgar Bueno, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 867/07, de autoria do Deputado Professor Luizão, que dispõe sobre a obrigatoriedade de empresas que confeccionam carimbos, de exigirem documentos que atestem a veracidade das informações para a confecção de carimbos profissionais e dá outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 867/07
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º As empresas que confeccionam carimbos ficam obrigadas a exigir documentos que comprovem a veracidade das informações do solicitante.

§ 1º Esta obrigatoriedade dar-se-á quando no carimbo constar informações profissionais do solicitante

ou de empresa.

§ 2º Serão considerados documentos aptos para a devida comprovação:

- a) carteira de identidade de classe original ou cópia autenticada;
- b) declaração da entidade de classe;
- c) procuração com firma reconhecida para confecção de carimbo para terceiros.

Art. 2º A empresa prestadora de serviços deve adotar formulário próprio, em duas vias, para registrar a solicitação de carimbos, em que permita o registro do nome, RG, CPF e endereço do solicitante, além da descrição do pedido.

Parágrafo Único. O formulário deve ser datado e assinado pelo solicitante e pelo profissional gráfico, sendo a 2ª via do solicitante.

Art. 3º A inobservância do disposto nesta lei acarretará multa de R\$ 200,00 (duzentos reais), corrigidos de acordo com o IGPM, aplicado em dobro, em caso de reincidência.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a partir da data da sua publicação.

Parágrafo Único. Fará parte da regulamentação, o modelo de formulário a ser utilizado pelas empresas fabricantes de carimbos.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03/06/08.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
RIBAS CARLI FILHO - Relator

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Tenho uma questão de ordem a fazer a V. Exa. V. Exa. tem conhecimento, a Oposição recebeu a documentação dos cartões corporativos.

É um volume muito grande de documentos, precisamos analisar. Encaminhei a V. Exa. na semana passada, pedindo que entrasse em contato com o Tribunal de Contas para que ele nos fornecesse um Auditor, para que junto com a auditoria externa que iremos fazer, acompanhasse essa auditoria, para analisar os documentos. Gostaria que V. Exa. nos ajudasse para fazer esse trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Agradeço até a questão de ordem, porque o Tribunal de Contas ainda no dia de ontem enviou um técnico que se apresentou, deixou todos os telefones e está à disposição desta Casa.

Apenas pedi para que deixássemos para esse final de semana, para que escolhêssemos um local onde ele pudesse trabalhar.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Apenas gostaria, se V. Exa. assim concordar, achássemos a melhor forma de trabalharmos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda hoje coloco V. Exa. em contato com o Auditor do Tribunal de Contas.

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 216/08, de autoria do Poder Judiciário - Ofício nº 303/08, que cria 13 (treze) cargos de Juiz de Direito Substituto no âmbito do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Entrância Final, alterando a Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, e adota outras providências. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 216/08
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam criados no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Entrância Final, 13 (treze) cargos, de Juiz de Direito Substituto, que passam a integrar o Anexo II, Tabela 1, e os Anexos V e IX, Tabela 1, da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - CODJ, observado o disposto no artigo 302, da citada lei.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 03/06/08.
(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
RIBAS CARLI FILHO - Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03
SEÇÕES JUDICIÁRIAS - ANEXO II - TABELA 1

SEÇÕES JUDICIÁRIAS	COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	SEÇÃO	ENTRÂNCIA	Juiz Subst.	Juiz de Direito Subst.	TOTAL
	COMARCA/FORO					
1ª	COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	Seção Única	FINAL		64	64
	I - Foro Central de Curitiba		FINAL			
	II - Foro Regional de Almirante Tamandaré		FINAL			
	III - Foro Regional de Araucária		FINAL			
	IV - Foro Regional de Bocaiúva do Sul		FINAL			
	V - Foro Regional de Campina Grande do Sul		FINAL			
	VI - Foro Regional de Campo Largo		FINAL			
	VII - Foro Regional de Colombo		FINAL			
	VIII - Foro Regional de Fazenda Rio Grande		FINAL			
	IX - Foro Regional de Pinhais		FINAL			
	X - Foro Regional de Piraquara		FINAL			
	XI - Foro Regional de Rio Branco do Sul		FINAL			
	XII - Foro Regional de São José dos Pinhais		FINAL			
TOTAL				0	64	64

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/03
MAGISTRATURA ESTADUAL - ANEXO V

COMARCAS/FORO	ENTRÂNCIA	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
1ª INSTÂNCIA								
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA								
Foro Central de Curitiba	Final		60	93	20	64		237
...								

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277/03
CRIAÇÃO E EXTINÇÃO DE CARGOS - ANEXO IX
CARGOS DA MAGISTRATURA ESTADUAL - TABELA 1

COMARCAS	Desembargador	Juiz de Direito Substituto em 2º Grau	Juiz de Direito	Juiz de Direito do Juizado Especial	Juiz de Direito Substituto	Juiz Substituto	Total
1ª INSTÂNCIA							
ENTRÂNCIA FINAL							
COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA							
Foro Central de Curitiba		28	40	8	22		98
...							

3ª Discussão

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 191/08, de autoria do Deputado Felipe Lucas, que declara de utilidade pública a Associação de Desportos de Deficientes Mentais - Região Paraná - ARDEM, com sede e foro nesta capital. COM PAERECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda da CCJ - **Aprovada**. Projeto - **Aprovado**.

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/08, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que regulamenta o sistema de inclusão e exclusão dos nomes dos consumidores nos cadastros de proteção de crédito. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ. e CDHCCD. COM EMENDA DA CCJ.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1396, de autoria do Deputado Edgar Bueno, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 10 (dez) Sessões. **Aprovado**. Fica portanto, adiada a discussão por 10 (dez) Sessões do Projeto de Lei nº 100/08.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/08, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que declara de utilidade pública o Centro de Recuperação e Integração Social de Tratamento Organizado - CRISTO, com sede e foro no município de Foz do Iguaçu. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda da CCJ.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 197/08, de autoria dos Deputados Nelson Justus e Miltinho Pupio, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Jandaia do Sul, com sede e foro no município de Jandaia do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 199/08, de autoria do Deputado Luiz Fernandes Litro, que declara de utilidade pública a Associação Beltronense da Bocha - ABELBO, com sede e foro no município de Francisco Beltrão. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Antes de passarmos ao item 08, quero aqui ratificar um convite a V. Exas. - nós teremos a Sessão amanhã às 10h da manhã e eu conto com a presença de V. Exas., até porque faremos ainda amanhã, se possível, uma reunião com os Líderes dos partidos, para que possamos agendar como ficariam as próximas Sessões das quintas-feiras.

Há sugestão para que tenhamos Sessão quarta pela manhã e quarta à tarde. Mas amanhã teremos Sessão com importantes requerimentos especiais a serem apreciados na Sessão de amanhã.

Por esta razão gostaria de contar com a presença maciça dos 54 Srs. Deputados.

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 198/08, de autoria do Deputado Dr. Batista, que declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Marialva. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 050/08, de 13/05/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 198/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede e foro no município de Marialva.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 202/08, de autoria do Deputado Fábio Camargo, que declara de utilidade pública a AMOVIT - Associação de Moradores da Vila Tecnológica - Bairro Novo, com sede e foro em Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 051/08, de 13/05/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 202/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Fábio Camargo, declara de utilidade pública a Associação de Moradores da Vila Tecnológica - Bairro Novo, com sede e foro no município de Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, o projeto é omissivo quanto ao foro da associação que se pretende declarar de utilidade pública. Desta forma, sugere-se a emenda aditiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável na forma da emenda aditiva em anexo.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA ADITIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 202/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda aditiva, para contar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a AMOVIT - Associação de Moradores da Vila Tecnológica - Bairro Novo, com sede e foro no município de Curitiba/PR.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 203/08, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública o Instituto Eduardo Antonio Dalmora, com sede e foro no município de Matinhos. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 052/08, de 14/05/08, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 203/08

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, declara de utilidade pública o Instituto Eduardo Antonio Dalmora, com sede e foro no município de Matinhos.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Porém, conforme previsto no respectivo Estatuto, a sigla "ID" integra a denominação do instituto que se pretende declarar de utilidade pública, e, portanto, o artigo 1º do projeto de lei ora analisado, ao tratar do Instituto Eduardo Antonio Dalmora está em desconformidade com o Estatuto que estabelece sobre o Instituto Dalmora.

Desta forma, sugere-se a emenda corretiva em anexo, prevista no artigo 137, parágrafo 7º, inciso III do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda corretiva em anexo.

Sala das Comissões, em 20/05/08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA CORRETIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 203/08

Com fulcro no que autoriza o artigo 137, parágrafo 7º, inciso III do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda corretiva ao artigo 1º do projeto de lei, para contar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica declarada de utilidade pública o Instituto Dalmora, com sede e foro no município de Matinhos.”

Sala das Comissões, em 20/05//08.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sobre a mesa, Requerimento nº 1397, de autoria do Deputado Duílio Genari, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1399, de autoria do Deputado Teruo Kato, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1400, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1401, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 1406 a 1408, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1409, de autoria da Deputada Beti Pavin, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1411-A, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1403, de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (**Pela Ordem**)

Peço pela ordem, porque estive conversando com o autor do requerimento e li o requerimento, e entendo que ele tem que ser mais debatido antes de ser votado por esta Casa.

Por outro lado por um entendimento com o autor, gostaríamos de transferir a votação deste requerimento para segunda-feira e não para a Sessão de amanhã, quinta-feira.

(Houve a concordância do autor, Sr. Deputado Reni Pereira)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)
Perfeitamente.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 05, às 10h, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 154 e 184/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 130/08.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 198, 202 e 203/08.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 217, 409/07 e 083/08; e do Projeto de Resolução nº 011/08.

Levanta-se a Sessão.